

PERCORRENDO O BAIXO TEJO: REGIONALIZAÇÃO E IDENTIDADES CULTURAIS NA 2ª METADE DO 1º MILÉNIO A.C.

*Roaming through the Lower Tagus: regionalization and cultural
identities during the 2nd half of the 1st millennium B.C.*

Elisa DE SOUSA, Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras,
Uniarq - Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa

Resumo: Os meados do 1º milénio a.C. marcam uma fase de fortes modificações na fachada ocidental atlântica do território português, e que se verificam particularmente no quadro das estratégias de ocupação e exploração do território, e na cultura material. A análise deste espaço geográfico permite identificar uma primeira realidade, muito característica, que se estende desde a zona mais ocidental da Península de Lisboa até ao interior do estuário do Tejo (Cartaxo) e que se pode facilmente associar a uma certa capitalidade do núcleo de Lisboa sobre esta região. Esta marcada influência diminui apenas nas áreas mais setentrionais do curso do Tejo, onde se torna visível, a partir dos momentos mais tardios da Idade do Ferro, um confluir de influências que incluem não só alguns elementos mais característicos do espaço mais litoral mas também de outras tendências relacionadas com zonas mais interiores do território peninsular, e que se podem associar a realidades de matriz «celtizante».

Neste trabalho, procura-se apresentar uma leitura abrangente destas diversas situações, através da sistematização dos dados disponíveis sobre as diferentes estratégias territoriais e económicas desenvolvidas na região, de forma a caracterizar a diversidade cultural ao longo do Baixo Tejo durante a segunda metade do 1º milénio a.C.

Summary: The mid 1st millennium BC marks a phase of considerable changes in the western Atlantic coast of the Portuguese territory, which occurs particularly in the context of the territory's occupation and exploitation strategies, as well as in the framework of the material culture. The analysis of this geographic region enables the identification of a first scenery, quite characteristic, that extends from the Lisbon Peninsula's western area to the interior of the Tagus estuary, up to the area of Cartaxo, and that can be easily associate with a certain domain of Lisbon's settlement across this region. This influence decreases only in the northernmost areas of the Tagus course, particularly during the Iron Age latest stages, where we observe a confluence of influences that include not only some of the most characteristic elements of the aforementioned area, but also other trends relating to the innermost parts of the Iberian Peninsula, related with «Celtic» influences.

This work aims to present a comprehensive reading of these situations, through the systematization of the available data on the territorial and economic strategies developed in the region, in order to characterize the cultural diversity along the Lower Tagus during the second half of the 1st millennium B.C.

Palavras-chave: Baixo Tejo; estratégias de ocupação e exploração de recursos; cultura material; Lisboa.

Key words: Lower Tagus; occupation and resource exploitation strategies; material culture; Lisbon.

1. INTRODUÇÃO

Na Península Ibérica, os meados do 1º milénio a.C. marcam um momento de profundas transformações nas áreas que tinham sido anteriormente afectadas pelos influxos coloniais fenícios. Independentemente de se rotular este fenómeno como uma época de crise ou de mera reestruturação das estratégias que tinham sido anteriormente privilegiadas no quadro das políticas coloniais do mundo fenício ocidental (Martín Ruiz 2007), a verdade é que se verificam alterações profundas no âmbito da lógica da exploração dos territórios e seus recursos, e também nos horizontes artefactuais que associamos às diferentes áreas regionais.

É difícil determinar se essas alterações se devem à desestruturação dos precedentes ambientes coloniais, à qual se seguiria uma consequente quebra na intensidade de contactos comerciais e culturais, ou se surgem como readaptações a factores intrínsecos, de ordem ambiental, económica, comercial e político-social, que se verificam a uma escala regional. Independentemente das causas, é, sobretudo, a partir de meados do 1º milénio a.C., que se assiste ao desenvolvimento diferenciado da cultura material, centrado em diferentes polos regionais, dos quais se podem destacar, a título de exemplo, no Extremo Ocidente, a área sul andaluza, a Extremadura espanhola, e a fachada ocidental atlântica do território português.

Todas estas áreas partilham, entre si, uma herança orientalizante comum que será desenvolvida, de forma diferenciada, nas várias regiões. Os elementos que conferem uma certa homogeneidade ao repertório artefactual da fase precedente, como é o caso das ânforas, dos *pithoi*, das urnas tipo Cruz del Negro e das morfologias de cerâmica de engobe vermelho e produções cinzentas, são reinterpretados e evoluem de maneira distinta nas diferentes áreas, transparecendo um claro regionalismo nos horizontes da cultura material.

Na fachada atlântica ocidental do território português, e em particular no Baixo Tejo, os meados do 1º milénio a.C. constituem também um momento crucial na reestruturação e desenvolvimento de novas estratégias de ocupação e exploração do território. Comparando as tendências na lógica da ocupação humana com a fase anterior, balizada entre os finais do século VIII e os meados do século VI a.C., verifica-

se claramente uma alteração na estratégia de povoamento. Enquanto que durante o «período orientalizante» se denota um predomínio de instalações implantadas junto às margens do rio Tejo, que terão provavelmente acumulado funções agrícolas e comerciais, permitindo um férreo controlo das vias de comunicação para o interior, a fase sucessiva é marcada, sobretudo, pela ocupação dos territórios mais ocidentais da Península de Lisboa, refletindo uma estratégia centrada na exploração de recursos fundamentalmente agrícolas e pecuários (Sousa 2013, 2014).

2. A EMERGÊNCIA DO MUNDO RURAL NO SUDOESTE DA PENÍNSULA DE LISBOA

Com efeito, a partir de finais do século VI a.C. e, sobretudo, durante a centúria seguinte, assistimos, no sudoeste da Península de Lisboa, à fundação de cerca de uma dezena de novos sítios, como é o caso do Moinho da Atalaia (Pinto e Parreira 1978, Sousa 2014), Casal de Vila Chã Sul, Moinhos do Filipinho, Fiat-Alfragide, Sepultura do Rei Mouro (Sousa 2014), Leião (Cardoso *et al.* 2010-2011), Outorela I e II (Cardoso *et al.* 2014), Gamelas 3 (Cardoso e Silva 2013) e Freiria (Cardoso e Encarnação 2013). Trata-se de povoados de dimensões aparentemente reduzidas, implantados em áreas com bom potencial agrícola, em cotas relativamente baixas, sem grande defensabilidade natural e nas proximidades de cursos de água secundários.

Os dados disponíveis para o seu estudo e caracterização são, de certa forma, desiguais e, na grande parte dos casos, claramente deficitários. Nenhum destes locais foi escavado integralmente em toda a sua extensão, situação que dificulta a percepção das suas reais dimensões e das respectivas organizações internas. No entanto, parece ser constante a existência de espaços abertos centrais, por vezes lajeados, em torno dos quais se edificam áreas compartimentadas, de planta rectangular (Cardoso e Encarnação 2013, Cardoso *et al.* 2014), que seriam habitadas por um número reduzido de indivíduos, que possivelmente partilhavam, entre si, laços familiares.

As suas ocupações parecem ser relativamente curtas no tempo, não se desenvolvendo por mais de algumas gerações, sendo raros os indícios de remo-

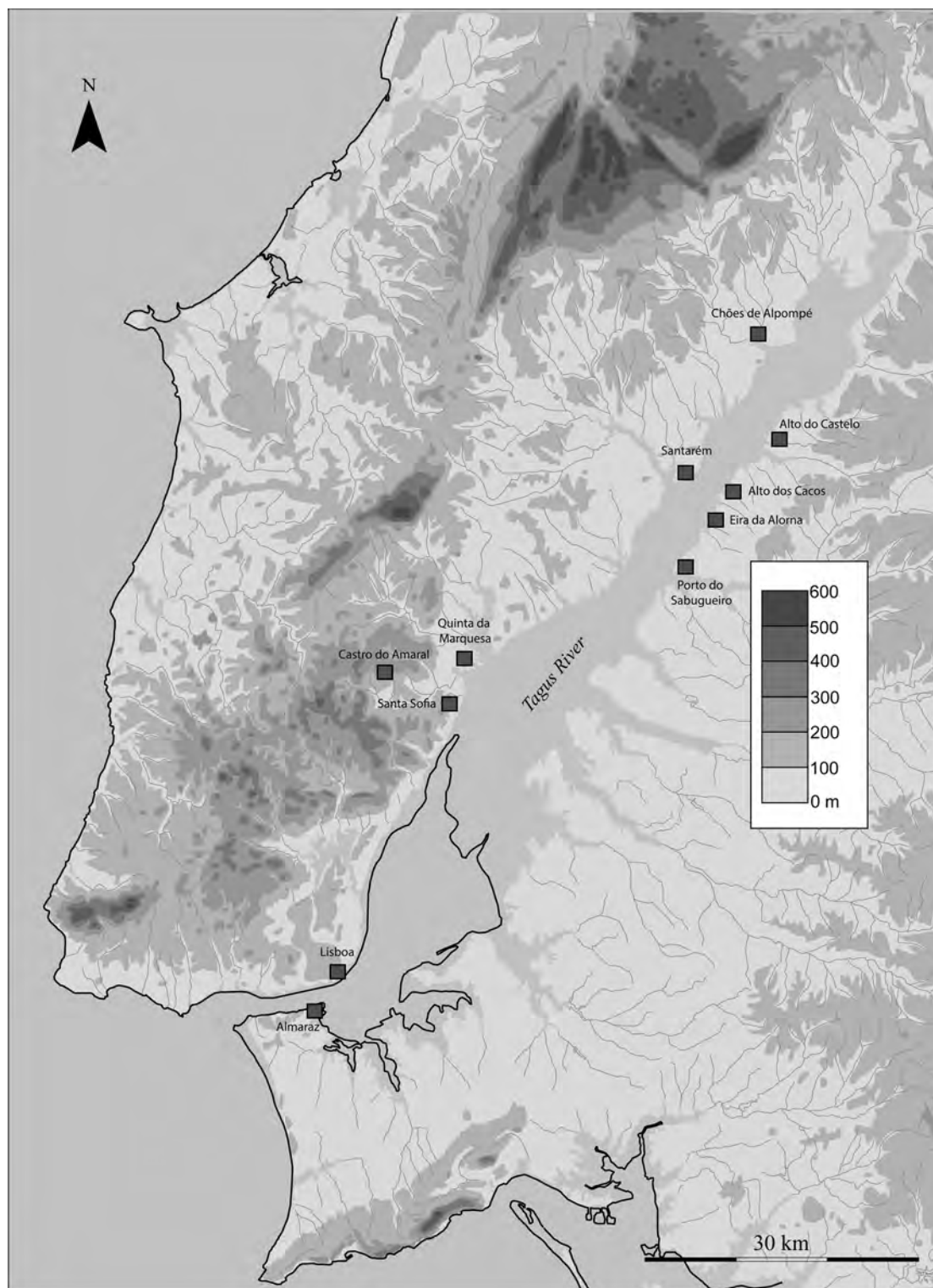


Figura 1. Principais estações do período orientalizante (finais do século VIII – VI a.C.) no estuário do Tejo (base cartográfica de Rui Boaventura).

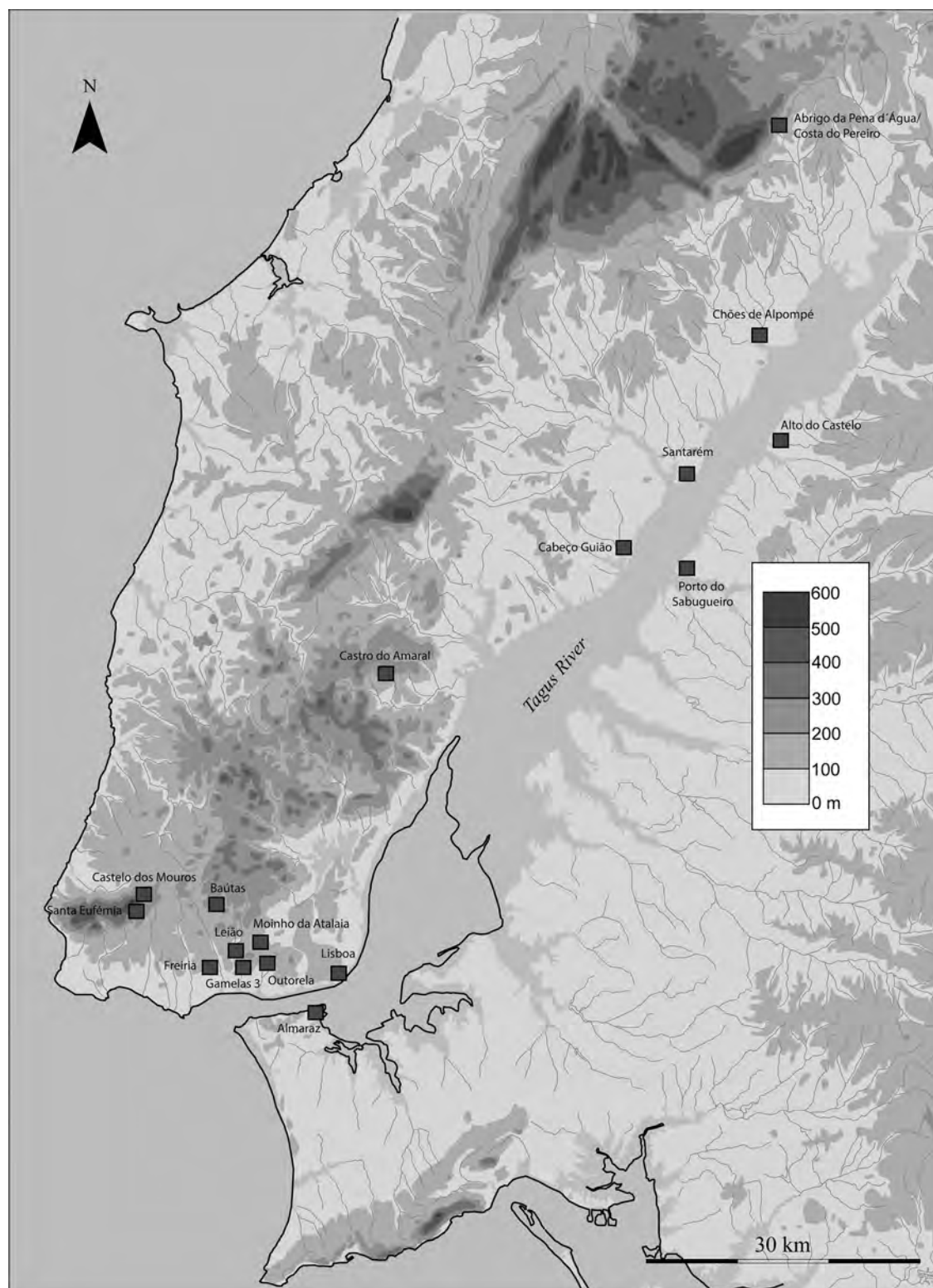


Figura 2. Principais estações da segunda metade do 1º milénio a.C. do estuário do Tejo (base cartográfica de Rui Boaventura).

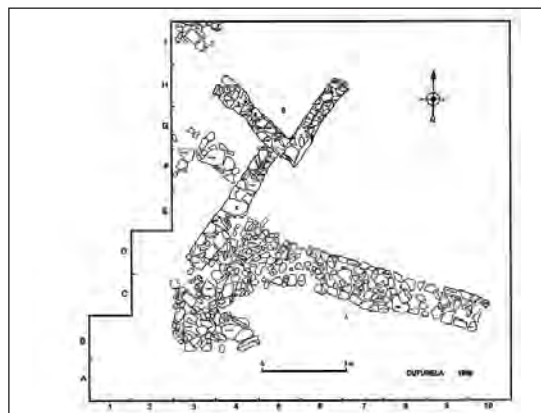


Figura 3. Planta da área edificada de Outorela I (segundo Cardoso *et alli*. 2014).

delações ou reconstruções do mesmo espaço. Uma situação interessante, e ímpar, até ao momento, na Península de Lisboa, regista-se nos núcleos de Outorela I e II, onde parece que à ocupação deste último, que se iniciou em finais do século VI a.C. e perdura durante a centúria seguinte, se seguiu uma deslocação para uma nova área (Outorela I), localizada a pouco mais de 500 m, e que foi ocupada entre o século V até momentos tardios do séc. IV a.C. (Cardoso *et al.* 2014: 149), tratando-se, provavelmente, de gerações mais recentes do mesmo grupo familiar.

A cultura material recolhida nestas estações é composta maioritariamente por vasos cerâmicos. Os artefactos metálicos são mais escassos, mas significativos, correspondendo, geralmente, a peças de bronze (argolas, braceletes, fíbulas anulares hispânicas) e ferro (Cardoso e Silva 2013, Cardoso e Encarnação 2013, Sousa 2014). Mais raramente, surgem também elementos de adorno, em concreto contas de colar de pasta vítrea, de cor azul ou oculadas, e também de osso (Cardoso e Encarnação 2013, Sousa 2014: 235).

Os sítios que proporcionaram restos faunísticos revelam um peso considerável de bois domésticos, ovino-caprinos e suínos, ao nível da dieta alimentar (Cardoso e Silva 2013, Cardoso *et al.* 2014). Em alguns sítios, a elevada percentagem de indivíduos juvenis ou subadultos sugere ainda actividades de pecuária destinadas ao abate (Cardoso e Silva 2013: 382). A alimentação seria complementada por recursos marinhos, em particular moluscos, cujos restos são frequentes nestas estações.

No quadro dos pequenos sítios rurais da Península de Lisboa, deve dar-se um destaque particular ao sítio de Freiria. Ainda que as características da sua

implantação coincidam com a tipologia de povoamento dos restantes sítios, este núcleo distingue-se por ter proporcionado um pequeno conjunto de materiais de carácter excepcional (Cardoso e Encarnação 2013). Entre estes, contam-se várias contas de colar de pasta vítrea e osso, dois elementos de fechos de cinturão dos tipos Cerdeño D-III-3 e E-I, fíbulas anulares hispânicas e uma outra do tipo Meseta/33a de Ponte (2001: 338-340), um pendente de bronze tipo xorca, um fragmento de asa de jarro ou *oenochoe* e ainda um cabo de espeto decorado. Este último tem o seu paralelo mais imediato com uma peça recolhida também na Península de Lisboa, na zona de Algeber (Cadaval) (Vasconcellos 1920: 101-102, Almagro Gorbea 1974: 359), exibindo uma decoração de motivos geométricos, típica sobretudo da área centro-sul do actual território português (Almagro 1974: 378). A presença deste artefacto em Freiria permite prolongar a cronologia proposta para este tipo de artefacto até, pelo menos, ao século V a.C., considerando a inexistência, no sítio, de outros materiais arqueológicos que indicem uma ocupação anterior a este momento. De acordo com as informações fornecidas pelos directores desta intervenção, todos estes elementos foram recolhidos em contextos de cariz aparentemente habitacional (Cardoso e Encarnação 2013).

Alguns destes artefactos surgem também em outros sítios de idêntica tipologia. É o caso do Moinho da Atalaia Oeste, onde foi identificada uma estrutura negativa, dentro da qual se identificou uma pequena área delimitada por blocos pétreos afeiçãoados que continha um conjunto de cerca de cinco fíbulas anu-

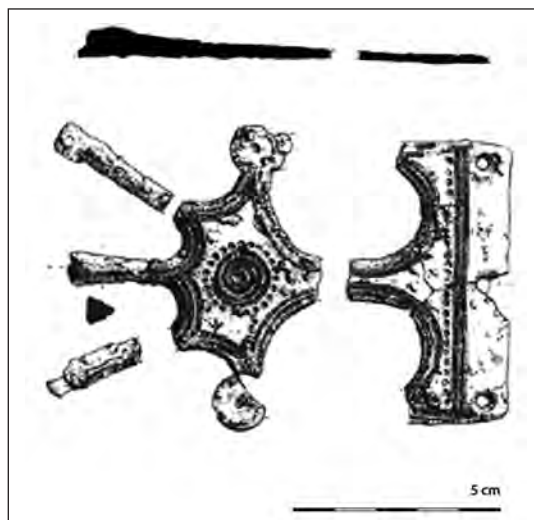


Figura 4. Fecho de cinturão do tipo Cerdeño D-III-3 de Freiria (segundo Cardoso e Encarnação 2013).

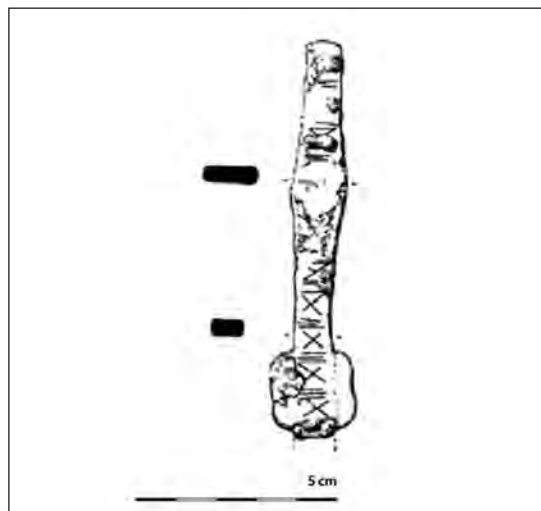


Figura 5. Fragmento de espeto de Freiria (segundo Cardoso e Encarnação 2013).



Figura 6. Fíbula tipo Meseta/Ponte 33a de Freiria (segundo Cardoso e Encarnação 2013).

lares hispânicas e uma conta de pasta vítrea oculada, associada a vestígios de fauna malacológica e a abundantes vasos cerâmicos. Ainda que estas evidências se encontrem em contextos de aparente cariz habitacional, não se deve por completamente de parte a possibilidade, pelo menos no caso do Moinho da Atalaia Oeste, de se poder tratar de um pequeno depósito votivo, ainda que realizado em âmbito doméstico (Sousa 2014: 220-221). Fíbulas anulares hispânicas surgem também em outros sítios de provável vocação agropecuária, em concreto em Outorela I (Cardoso *et al.* 2014). Tudo indica que estes elementos pessoais e de adorno eram utilizados na vida quotidiana dos habitantes destes pequenos núcleos rurais da Península de

Lisboa, que demonstram, desta forma, uma considerável capacidade de aquisição que ultrapassa as meras produções cerâmicas.

Paralelamente, nessa mesma área, identificam-se também sítios que se inserem numa lógica de povoamento algo diferenciada, tendo sido designados por «povoados centrais» (Arruda 1999-2000), distinguindo-se por se implantarem em áreas mais elevadas, com boas condições de defensabilidade natural e com amplo domínio visual da área envolvente, como é o caso do povoado do Castelo dos Mouros e Santa Eufémia, na área de Sintra, e de Baútas, na Amadora (Sousa 2014). Esta tipologia de instalações poderá ter desempenhado um papel significativo em termos políticos, sociais e administrativos, particularmente na estruturação destas redes de povoamento rural (Arruda 1999-2000, Cardoso 2004, Sousa 2014), ainda que não se possa ignorar a possibilidade de corresponderem a um modelo de povoamento mais específico de áreas mais interiores da Península de Lisboa. No entanto, e mesmo assumindo uma possível hierarquia neste povoamento mais periférico, todos estes núcleos parecem estar, de alguma forma, subordinados a um dos grandes povoados da foz do Tejo, localizado na actual área urbana de Lisboa.

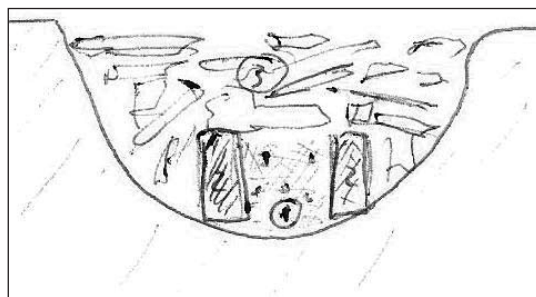


Figura 7. Representação esquemática do enchimento da vala documentada em Moinho da Atalaia Oeste (segundo Sousa 2014).

3. O PAPEL DE LISBOA NA RESTRUTURAÇÃO DO TERRITÓRIO A PARTIR DOS FINAIS DO SÉCULO VI A.C.

De acordo com os dados disponíveis, o papel desempenhado por Lisboa no quadro da Idade do Ferro centro atlântica parece revestir-se de enorme importância. Este núcleo, cujo início da ocupação se centra em finais do século VIII / inícios do século VII a.C., implanta-se numa colina destacada na paisagem e numa área distinta daquela ocupada pelas

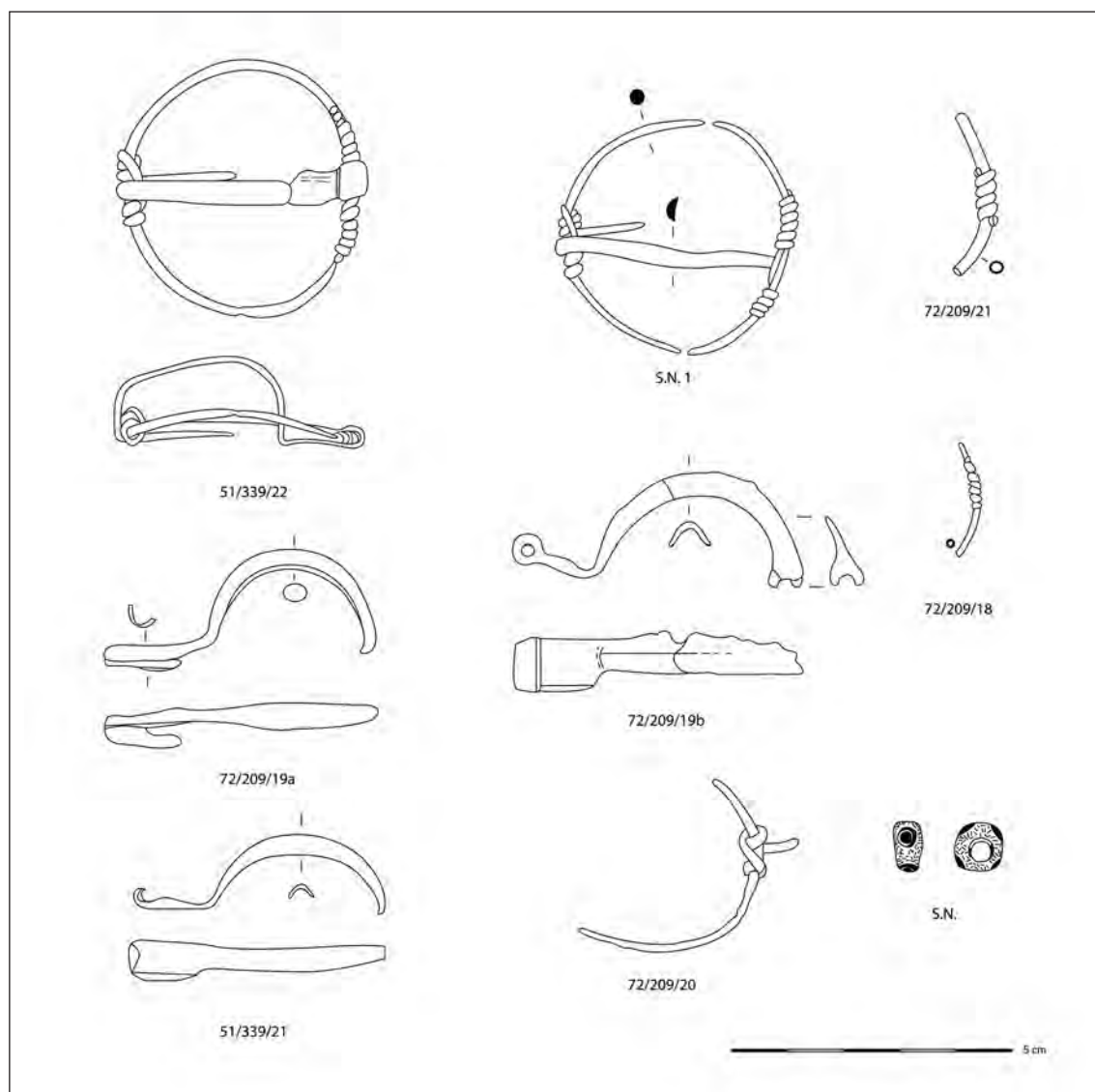


Figura 8. Fíbulas e conta de colar recolhidas em Moinho da Atalaia Oeste (segundo Sousa 2014).

comunidades autóctones do Bronze Final, evidenciando elementos que sugerem uma presença efectiva de populações fenícias ocidentais que foram, provavelmente, responsáveis pela sua fundação (Sousa no prelo).

Durante a primeira metade do 1º milénio, este sítio produz várias categorias cerâmicas que se enquadram sem dificuldade na *koiné* orientalizante, como é o caso das ânforas, cerâmica pintada em bandas, cerâmica de engobe vermelho e cerâmica cinzenta, semelhantes, morfologicamente, a outras produções peninsulares, e que se caracterizam por uma considerável qualidade técnica, apreciável não só em

termos formais, como também decorativos (Arruda 1999-2000, Sousa 2015, 2016).

Os meados do 1º milénio, em Lisboa, parecem corresponder a um momento de particular dinamismo ao nível da extensão do perímetro urbano, que atinge agora a sua máxima dimensão, englobando uma área de cerca de 20 hectares. Não é possível, contudo, aceitar que a totalidade desta área estivesse urbanizada, considerando as características topográficas acidentadas da colina e a provável existência de espaços não edificados. Ainda assim, assume-se um grupo populacional significativo, estimado entre os 2500 e os 5000 indivíduos (Arruda 1999-2000: 129).

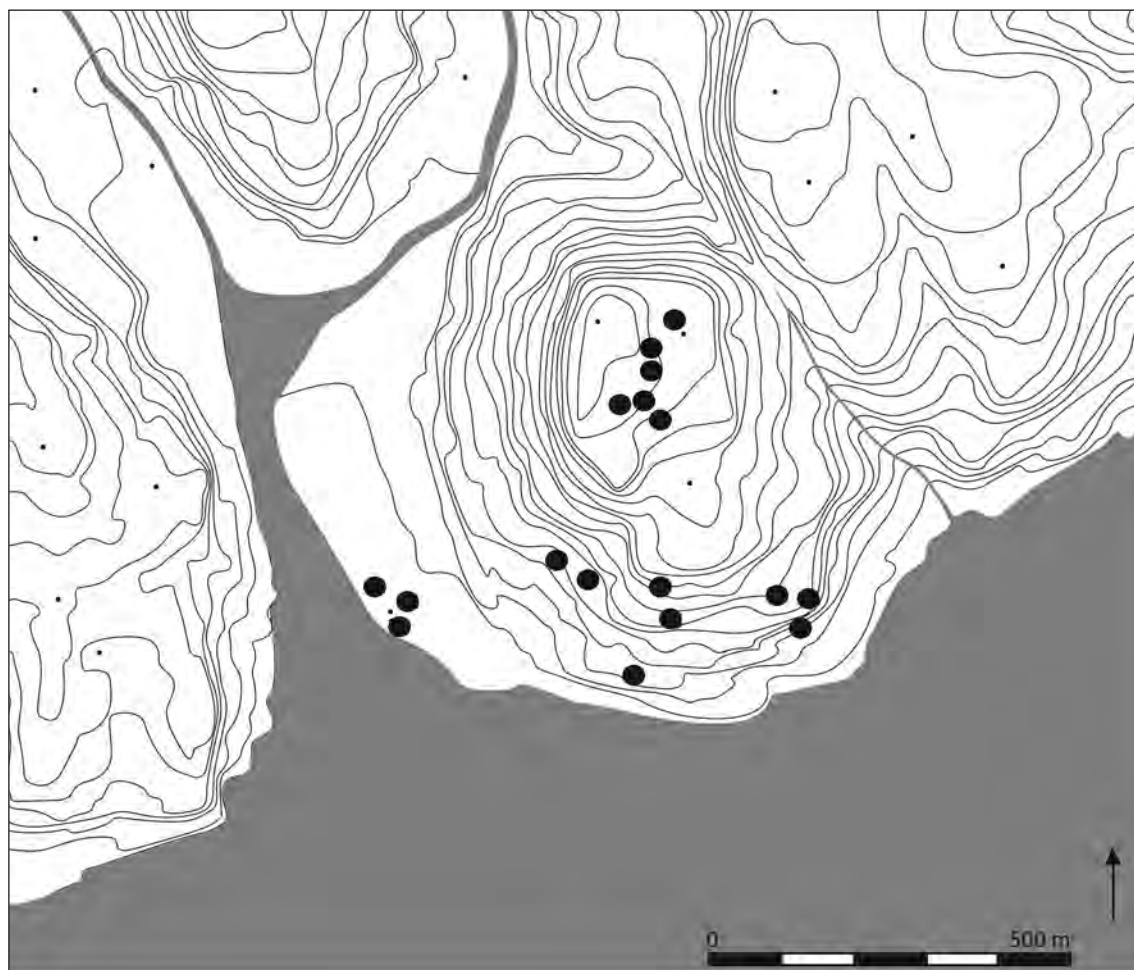


Figura 9. Dispersão dos vestígios da ocupação de meados do 1º milénio a.C. da Colina do Castelo de São Jorge (Lisboa) (base cartográfica de Pimenta 2005).

O repertório artefactual desta fase apresenta, tal como em outras zonas do território peninsular, algumas tendências de continuidade face à época precedente, adquirindo, contudo, características que permitem a sua clara individualização face a outros horizontes culturais.

No quadro das produções anfóricas, aos contentores do tipo 1 do Estuário do Tejo, que remontam à fase anterior e que se inspiram nas ânforas do tipo 10.1.1.1 e 10.1.2.1 de Ramon Torres, somam-se agora cinco novos tipos (tipos 2, 3, 4, 6 e 7 do Estuário do Tejo), refletindo uma variedade morfológica notável (Sousa e Pimenta 2014). Infelizmente, o desconhecimento em absoluto dos respectivos conteúdos não permite desenvolver qualquer leitura que possa, de momento, justificar esta diferenciação formal, ainda que tal aspecto se possa também relacionar,

naturalmente, com influências de morfologias produzidas em outras áreas peninsulares (Sousa 2014: 105-109, Sousa e Pimenta 2014).

A cerâmica de mesa é constituída sobretudo, e tal como na fase anterior, pelas produções cinzentas e pela cerâmica de engobe vermelho.

As cerâmicas revestidas com engobe vermelho são mais raras, e englobam, sobretudo, tigelas, taças e pratos, exibindo algumas das suas variantes perfis muito carenados, que se tornam particularmente expressivos durante os meados do 1º milénio a.C. É de realçar, contudo, o aparecimento de novas morfologias, como é o caso das páteras de pé alto e depressão central acentuada, pequenos potes possivelmente destinados ao consumo de líquidos, e jarros, que refletem uma acentuada variedade formal no quadro desta categoria (Sousa 2014).

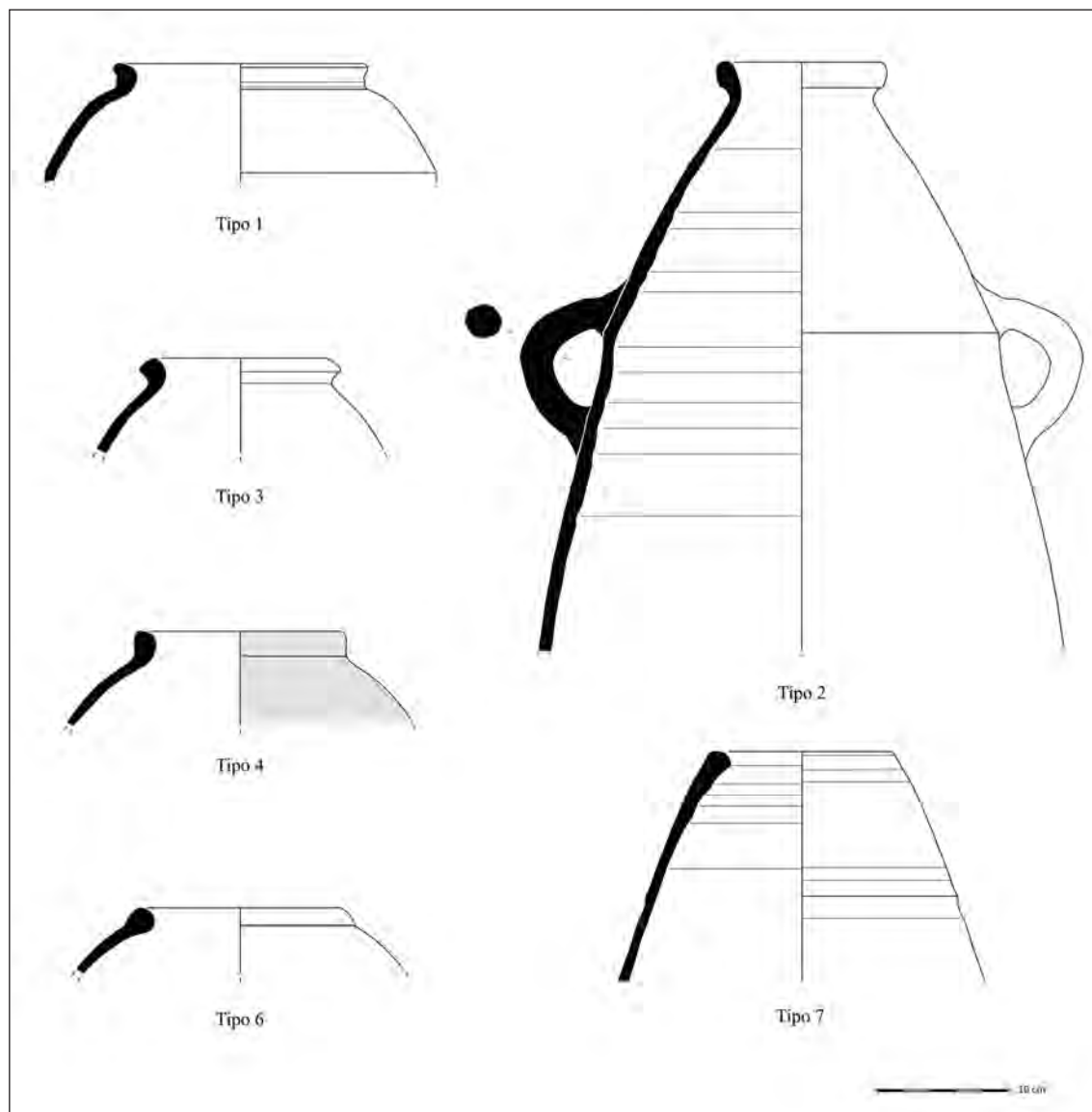


Figura 10. Principais tipos anfóricos produzidos na área de Lisboa/Almaraz (segundo Sousa e Pimenta 2014).

As cerâmicas cinzentas, ainda que mais abundantes, são mais limitadas na sua variedade morfológica, englobando tigelas, pratos, pequenos potes e jarros, denotando-se, mais uma vez, a preferência por perfis com carenas bem marcadas, e a existência de formas específicas desta área regional, particularmente nos vasos associáveis ao consumo de líquidos (Sousa 2014).

Na cerâmica comum, os meados do 1º milénio marcam um momento de expansão do repertório formal, que engloba vasos destinados à preparação e confecção de alimentos, armazenamento e serviço

de mesa (Sousa 2014). Entre os primeiros, verificam-se diversas tendências: recipientes que parecem evoluir, morfológicamente, dos *pithoi* da fase precedente; panelas de perfil em S decoradas por caneluras na parte superior do corpo, frequentes, aliás, em outras áreas do território peninsular, e vasos com uma asa interna, que surgem recorrentemente em outros contextos do interior e sul peninsular (Sousa 2014: 167-177). Neste grupo, cabem ainda recipientes abertos de grande dimensão, cuja funcionalidade parece estar intimamente ligada à preparação de alimentos e ao armazenamento. Os vasos de cerâmica

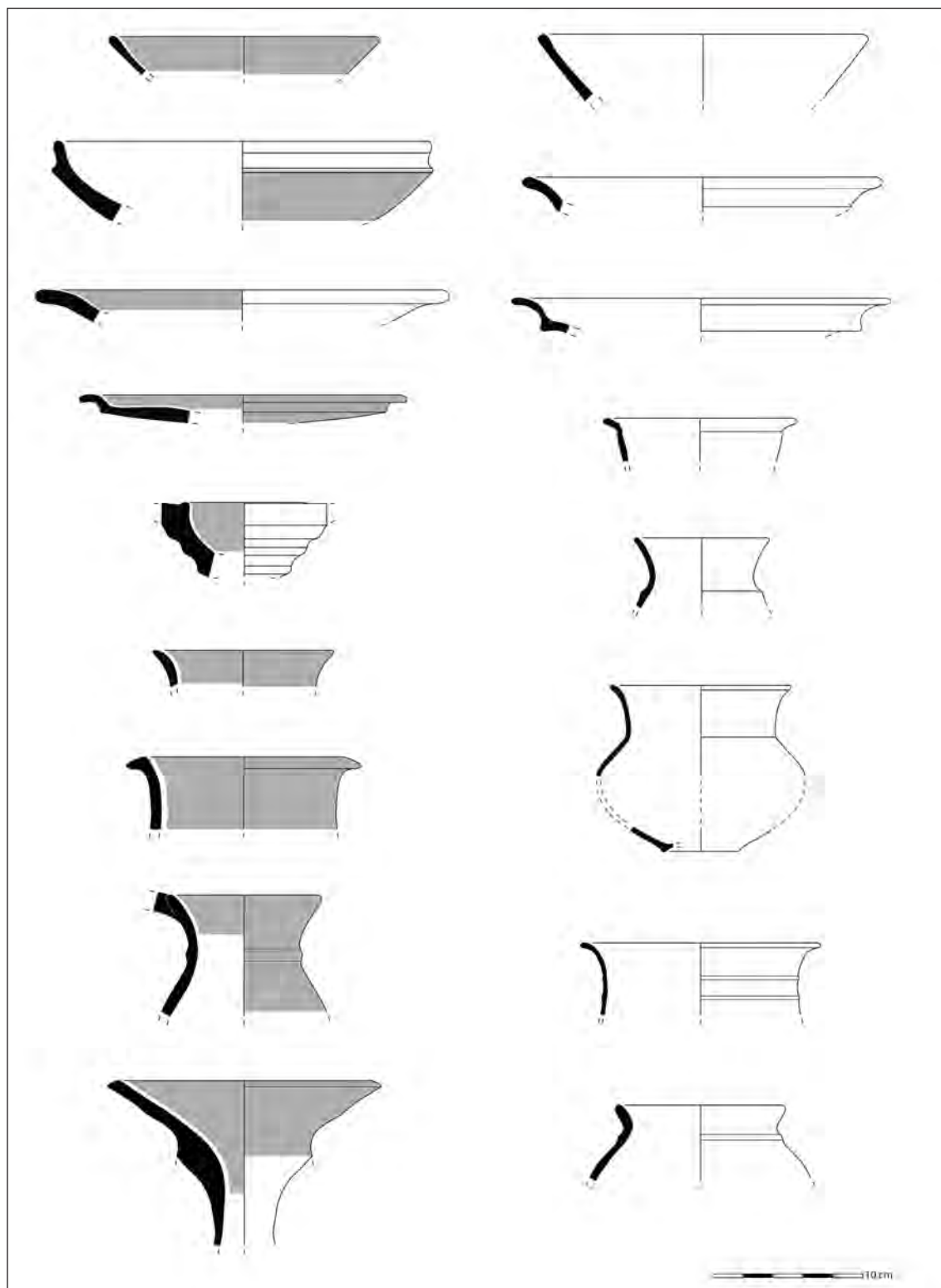


Figura 11. Principais formas de cerâmica de engobe vermelho e de cerâmica cinzenta de Lisboa (segundo Sousa 2014).

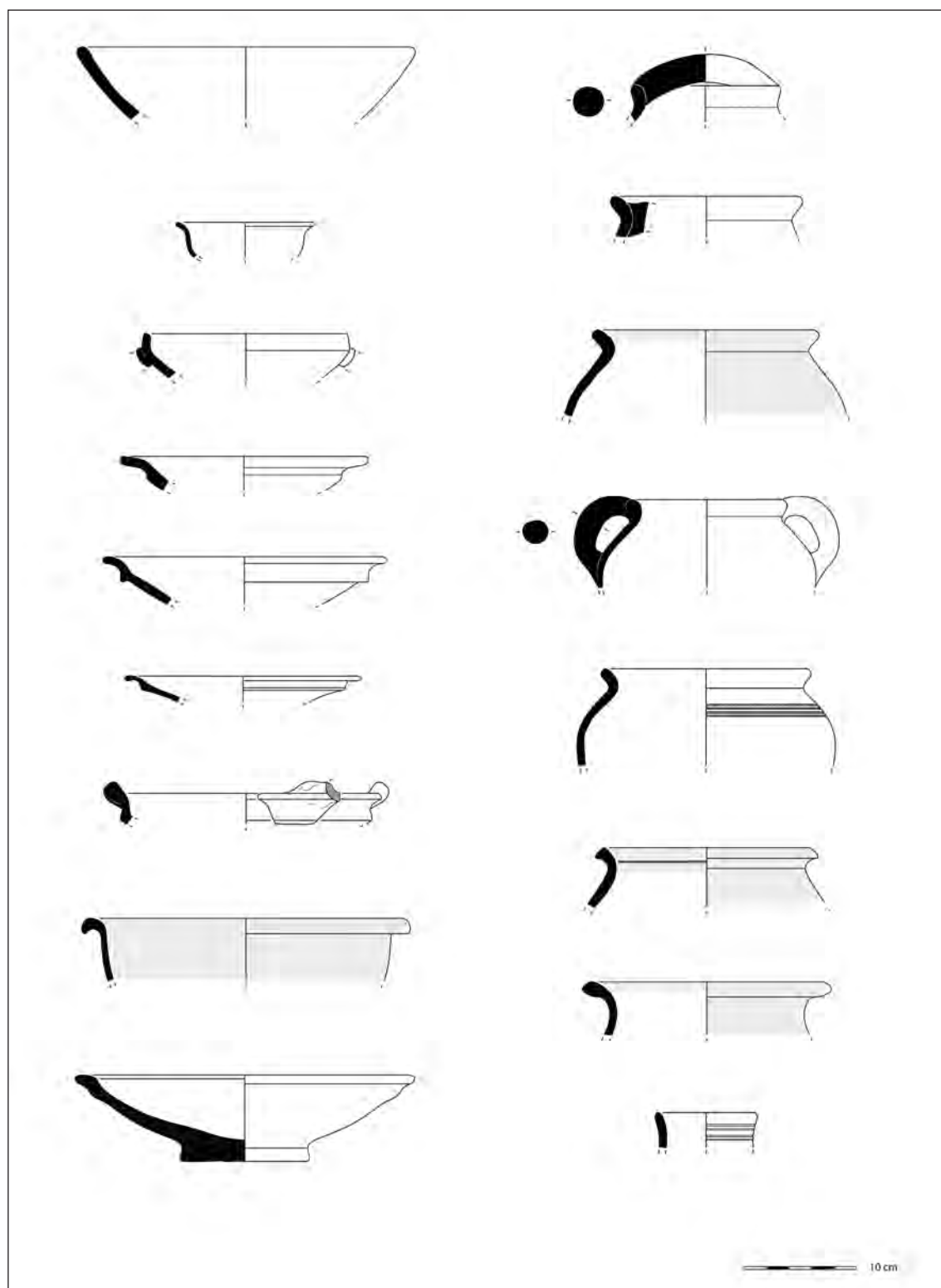


Figura 12. Principais formas de cerâmica comum de Lisboa (segundo Sousa 2014).

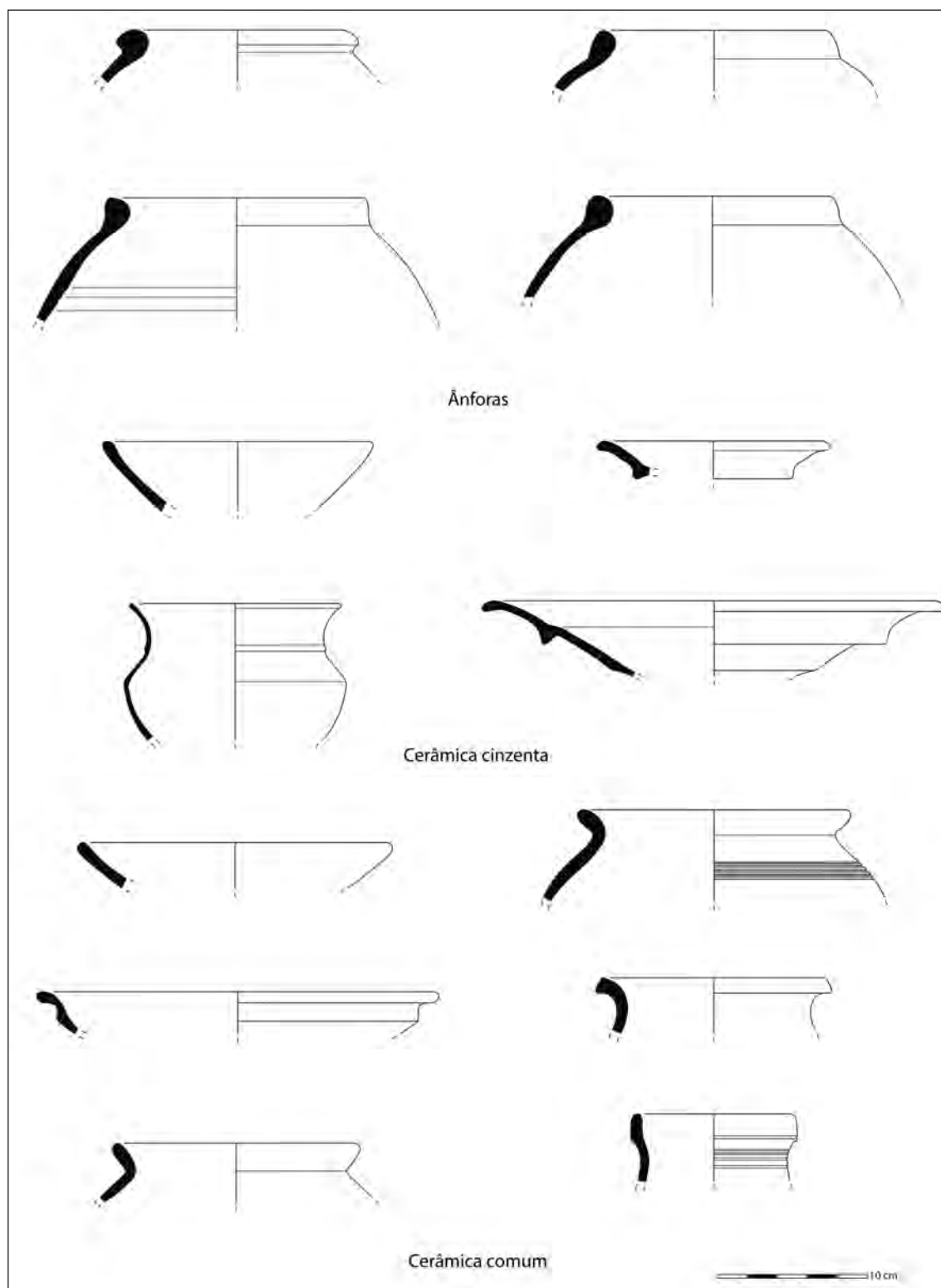


Figura 13. Principais morfologias recolhidas no Moinho da Atalaia Oeste, produzidas na zona de Lisboa (segundo Sousa 2014).

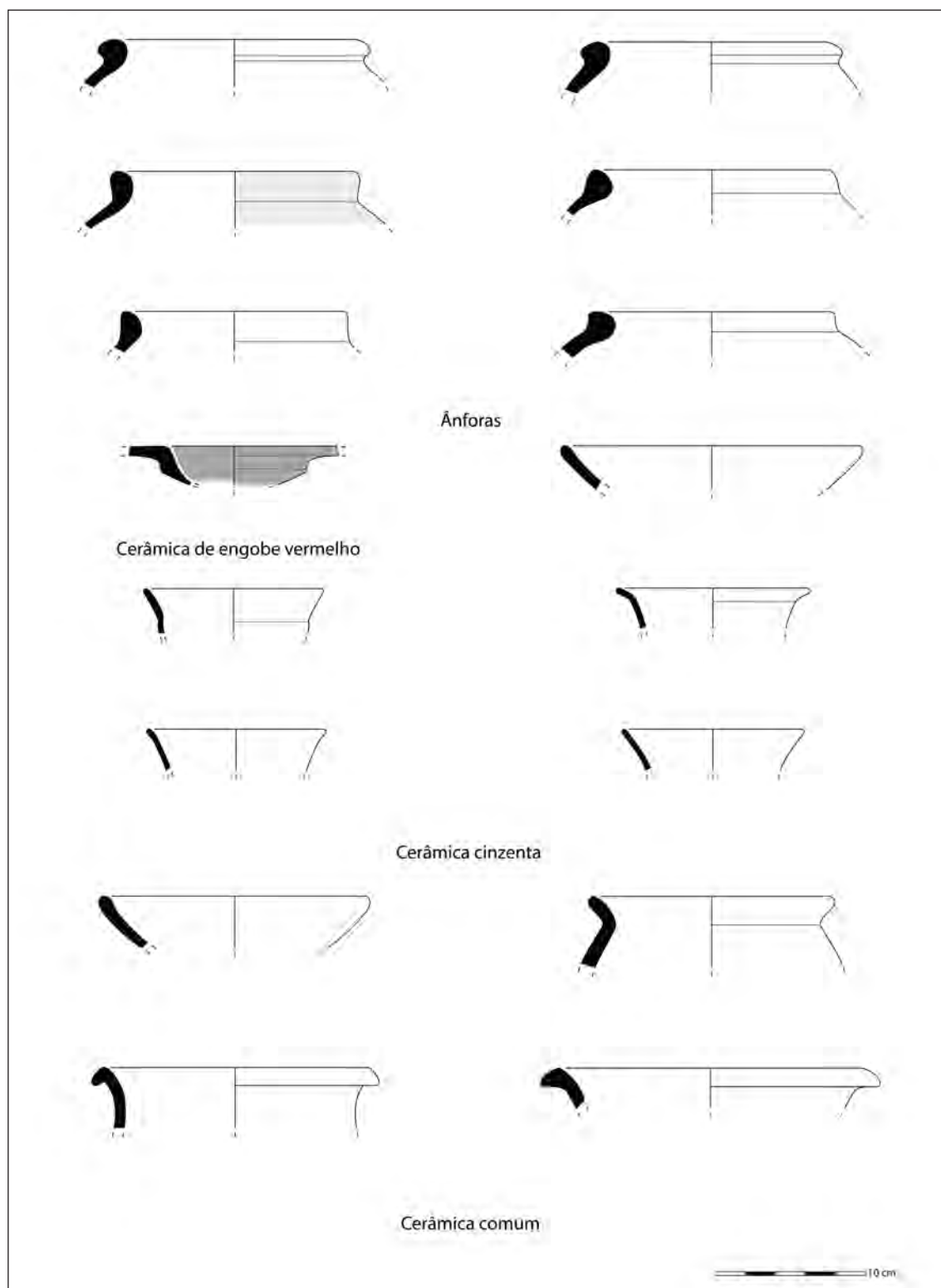


Figura 14. Principais morfologias recolhidas em Baútas, produzidas na zona de Lisboa (segundo Sousa 2014).

comum mais propícios ao serviço de mesa (tigelas, taças, pratos, e pequenos potes) são semelhantes aos produzidos em cerâmica de engobe vermelho e em cerâmica cinzenta, destacando-se, contudo, pela aplicação pontual de asas laterais, podendo admitir-se o seu uso no serviço de alimentos, como uma espécie de bandeja. Trata-se de uma característica conhecida em outras áreas peninsulares, como é o caso do Cerro del Villar (Aubet *et al.* 1999) e Toscanos (Niemeyer, Briese e Bahnemann 1988), ainda que, nestes casos, ocorra sobretudo em recipientes de tipo alguidar ou cesta. Cabe ainda destacar a presença de jarros, dos quais um número reduzido evidencia características de fabrico mais resistentes e marcas de exposição ao fogo, que poderão sugerir a fervura de água ou até o consumo de bebidas quentes (Sousa, 2014: 177-178).

Um aspecto importante e característico da produção local de Lisboa, visível particularmente nas ânforas e na cerâmica comum, é a aplicação frequente de engobes brancos nas superfícies dos recipientes. Trata-se de uma tendência que surge ainda durante a fase orientalizante, mas que ganha particular expressão a partir do século V a.C. Por outro lado, assiste-se a uma considerável redução das pinturas bícromas, abundantes na fase anterior, mas que agora ganham um peso meramente residual (Sousa 2014: 180).

Este cenário da cultura material reveste-se de particular importância quando analisamos a sua distribuição nas áreas exteriores ao núcleo de Lisboa. Com efeito, o repertório artefactual detectado nos sítios de cariz rural, fundados em meados do 1º milénio a.C., são esmagadoramente compostos não só pelas mesmas morfologias, mas também pelas mesmas características de fabrico, indicando que terá sido o núcleo de Lisboa o principal responsável pelo respectivo abastecimento de vasos cerâmicos (Sousa 2013, 2014). Com efeito, as escassas produções locais destes sítios periféricos são constituídas ou por cerâmicas manuais ou por produções a torno de fraca qualidade, englobando quase exclusivamente tigelas e potes destinados à confecção de alimentos, traduzindo meras necessidades pontuais (Sousa 2014, Cardoso *et al.* 2014, Arruda *et al.* no prelo).

4. O INTERIOR DO ESTUÁRIO DO TEJO

A dispersão de materiais produzidos na antiga *Olisipo* não se limita exclusivamente à área ocidental da Península de Lisboa. Ao longo do estuário do

Tejo, estas produções foram identificadas em diferentes sítios, quer em povoados de maior importância, como é o caso da Alcáçova de Santarém (Arruda 1999-2000, Bargão 2014), Chões de Alompé (Diogo 1993), Castro do Amaral (Pimenta e Mendes 2010-2011), ou Alto do Castelo (Arruda *et al.* 2014), quer em sítios mais modestos, como é o caso da Castanheira do Ribatejo (Pimenta, Mendes e Madeira 2010), Casal da Mó (Pimenta e Mendes 2010-2011), Casal do Pego I (Pimenta e Mendes no prelo) e, mais a norte, no Porto do Sabugueiro (Pimenta e Mendes 2008, Pimenta *et al.* 2014). Infelizmente, o potencial arqueológico da grande maioria destes sítios encontra-se irremediavelmente destruído, frutos dos intensos trabalhos agrícolas realizados nessa região, o que torna difícil caracterizar globalmente os repertórios artefactuais, averiguar as efectivas funcionalidades destes núcleos e englobá-los num quadro interpretativo mais amplo.

Um caso particular, que se destaca dos restantes por ter sido alvo de escavações arqueológicas em extensão, é o Cabeço Guião, no Cartaxo. As intervenções de emergência, efectuadas em 2006, permitiram identificar um núcleo de povoamento de pequenas dimensões, possivelmente de cariz familiar, vocacionado para actividades de índole agrícola e pecuária, e ocupado durante os séculos IV e III a.C. (Arruda *et al.* no prelo). Neste núcleo deve destacar-se, tal como em Freiria, a recuperação de alguns materiais excepcionais, entre os quais contas de colar de vidro azul, e um fragmento de *amphoriskos*, também em vidro, uma fíbula anular hispânica, um pendente de bronze tipo xorca, e um cabo de espeto tipo Andaluz, para além de dois recipientes cerâmicos importados, em concreto um fragmento de uma *kylix* e uma ânfora de tipo B/C de Pellicer (Arruda *et al.* no prelo). Os restos faunísticos exumados confirmam o panorama previamente apresentado, com o domínio de bóvidos, ovi-caprinos, e suídeos, sendo ainda de destacar a existência de um equídeo (burro ou cavalo) e um canídeo. Destaca-se, contudo, dos restantes, pela maior expressividade da caça, refletida por elementos faunísticos de veado, e pela quase total ausência de moluscos (Arruda *et al.* no prelo). O estudo dos materiais cerâmicos aí recolhidos permitiu reconhecer, mais uma vez, um domínio das produções de Lisboa na totalidade do conjunto artefactual, visível nos contentores anfóricos, na cerâmica de engobe vermelho, na cerâmica cinzenta e também na cerâmica comum (Arruda *et al.* no prelo). As produções locais são menos abundantes mas mais representativas quando comparadas com os restantes

sítios rurais do sudoeste da Península de Lisboa, situação que se poderá relacionar com questões de proximidade geográfica. A importância da descoberta do Cabeço Guião recai justamente na sua localização setentrional, o que permite constatar que a expansão na rede de povoamento que se verifica a partir de meados do 1º milénio, estruturada, muito provavelmente, pelo núcleo de Lisboa, atingiu áreas consideravelmente distantes no interior do estuário do Tejo, fenómeno que pode justificar-se, mais uma vez, pela excelente aptidão agrícola dessa área.

Não sabemos, contudo, se esta evidência registada pelo Cabeço Guião constitui um caso pontual ou se pode atestar um domínio efectivo do núcleo de Lisboa nos territórios interiores do estuário do Tejo. Neste âmbito, cabe fazer referência a uma outra estação, localizada directamente em frente do Cabeço Guião, mas na outra margem do rio Tejo, o Porto do Sabugueiro. As escavações recentemente realizadas neste sítio revelaram que o seu potencial arqueológico se encontra quase irremediavelmente destruído pela prática da agricultura (Pimenta e Mendes 2008, Pimenta *et al.* 2014). A dispersão de materiais arqueológicos à superfície é vasta, prolongando-se por quase 25 hectares, não sendo seguro se este fenómeno possa indicar a extensão original do sítio ou se pode relacionar-se com o transporte e arrasto de materiais por máquinas agrícolas. Trata-se de uma implantação de baixa altitude, cujo início da ocupação poderá situar-se em torno ao século VII/VI a.C., que poderá ter tido, durante a Idade do Ferro, uma vocação iminentemente portuária (Pimenta *et al.* 2014: 43). Apesar das importações da área de Lisboa serem abundantes, o Porto do Sabugueiro destaca-se por ter tido, durante a segunda metade do 1º milénio, aparentemente, uma produção própria, verificada sobretudo no quadro dos recipientes anfóricos, que se integram quase exclusivamente no tipo 5 do Estuário do Tejo (Sousa e Pimenta 2014: 308).

A proximidade deste sítio e a sua contemporaneidade com um outro de clara vocação agrícola, o Cabeço Guião, poderia sugerir que estas ânforas se destinassem ao envasamento de eventuais produtos alimentares produzidos no sítio, que seriam posteriormente comercializados regionalmente. Tendo em conta esta possibilidade, torna-se provável que o Cabeço Guião não seja um caso isolado e que possam existir outros sítios semelhantes nas proximidades. Em relação ao Porto do Sabugueiro, deve ainda referir-se a provável existência de outras actividades artesanais, como é o caso da produção de objectos de vidro (Pimenta *et al.* 2014: 43), que poderia revelar

uma importância acrescida desta estação no quadro artesanal, considerando a vasta dispersão destes artefactos na área (Arruda *et al.* 2016). Por último, deve ainda destacar-se, entre os materiais aí recolhidos, a presença de um pendente de bronze em forma de sanguessuga, semelhante ao registado no Cabeço Guião (Pimenta *et al.* 2014: 43).

As fortes ligações do interior do estuário com a área de Lisboa parecem, contudo, terminar neste limite, sendo consideravelmente mais ténues na área mais setentrional do interior do estuário. Os dados disponíveis para esta zona podem, efectivamente, indicar a existência de um modelo algo distinto no quadro das estratégias de ocupação e exploração do território, registando-se também diferenças consideráveis ao nível da cultura material. Apesar de existirem materiais produzidos, durante a segunda metade do 1º milénio, em Lisboa, nos grandes povoados desta zona, em concreto na Alcáçova de Santarém, nos Chões de Alpompe e no Alto do Castelo, estes parecem adquirir um peso menos significativo, tendo pouca influência na consolidação dos respectivos repertórios artefactuais.

A Alcáçova de Santarém ganha, neste âmbito, um papel de destaque, por ser o núcleo que mais elementos disponibiliza para a caracterização destes momentos mais tardios da Idade do Ferro. É interessante notar que a cerâmica manual continua a ter uma expressividade assinalável durante esta fase mais tardia, ainda que nunca ultrapasse os 15% do espólio (Arruda 1999-2000: 173). Engloba não só grandes recipientes, destinados ao armazenamento, mas também pequenos vasos de paredes finas e superfícies polidas utilizados, com grande probabilidade, no serviço de mesa (Arruda 1999-2000: 182), situação que contrasta com o que se verifica na área mais meridional do estuário, onde a cerâmica manual praticamente desaparece a partir do século VII a.C., mantendo apenas um carácter residual e incorporando sobretudo formas destinadas à confecção de alimentos, com tratamentos grosseiros das suas superfícies. Uma outra situação que difere na Alcáçova de Santarém é o aparente desaparecimento das produções de engobe vermelho a partir do V a.C. (Arruda 1999-2000: 185). Ainda que esta cerâmica seja rara, em Lisboa, em sítios contemporâneos, como é o caso da Rua dos Correeiros, ela continua a fazer parte do repertório formal do serviço de mesa, exibindo uma variedade morfológica notável. As suas formas mais características dos meados do 1º milénio a.C. encontram-se, contudo, completamente ausentes na antiga *Scallabis*. O mesmo fenómeno aplica-se em relação

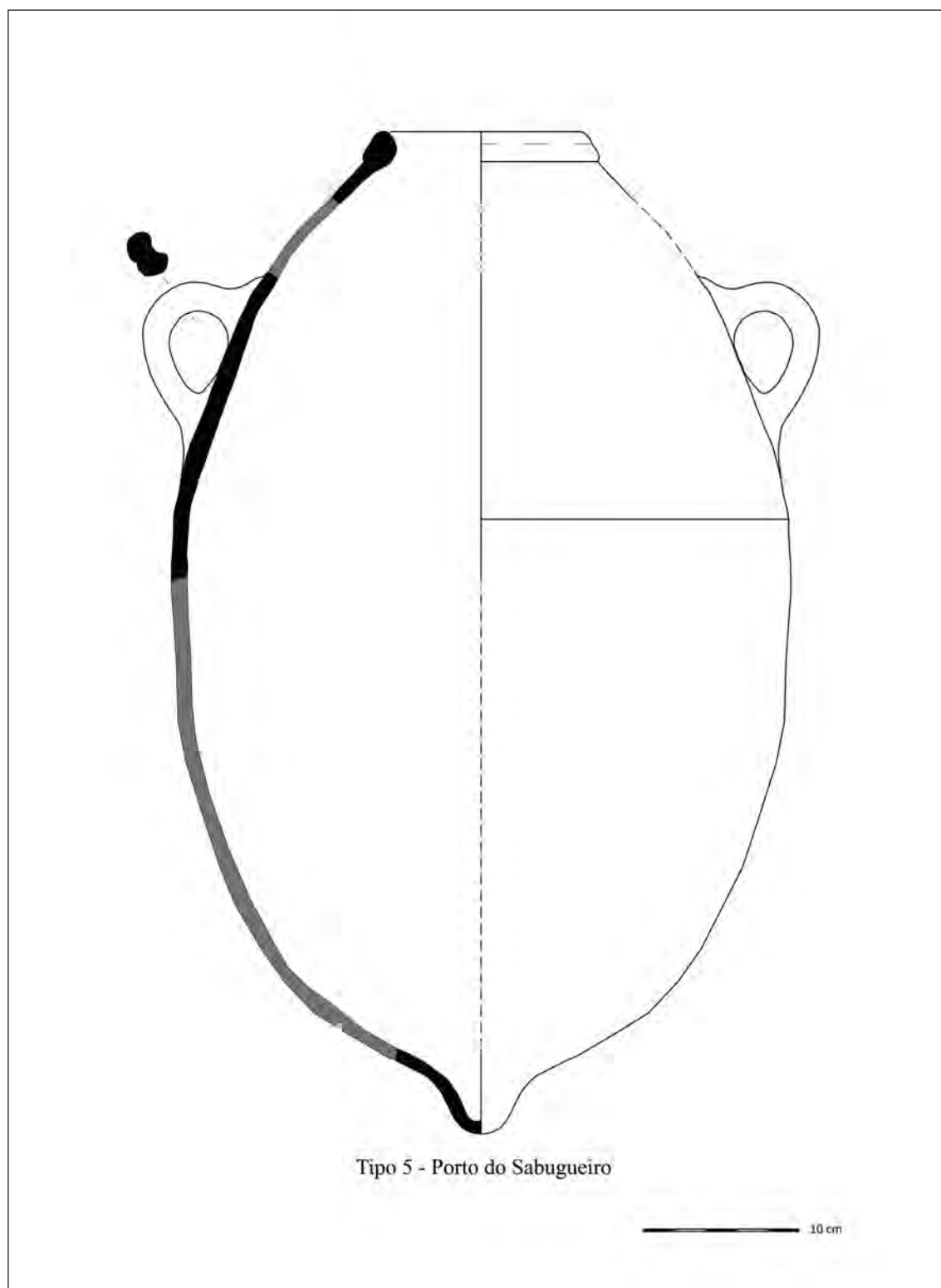


Figura 15. Ânfora do tipo 5 do estuário do Tejo do Porto do Sabugueiro (segundo Sousa e Pimenta 2014).

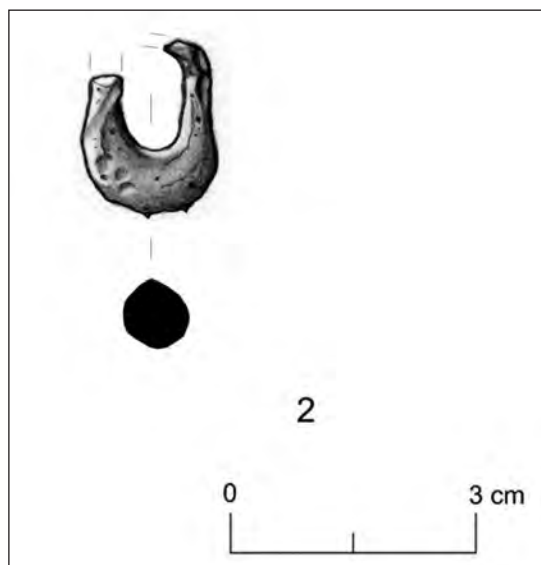


Figura 16. Pendente de bronze tipo xorca do Porto do Sabugueiro (segundo Pimenta *et al.* 2014).

às produções cinzentas, abundantes nos dois sítios até ao período romano (Arruda 1999-2000: 196, Sousa 2014: 130-131), mas cujas formas mais típicas da foz do estuário não constam do repertório artefactual da Alcáçova de Santarém. Com efeito, os únicos materiais que mostram, efectivamente, relações entre as duas áreas durante estes momentos mais tardios da Idade do Ferro correspondem aos recipientes anfóricos (tipos 1, 3, 4 e 6) (Arruda 1999-2000: 210-211, Bargão, 2014) e a recipientes de cerâmica comum, por vezes com decoração pintada e engobes brancos, que evoluem dos *pithoi* da fase orientalizante (tipos 10Ba e 10Bb da Rua dos Correeiros – Sousa 2014: 170-172) (Arruda 1999-2000: 193-194). Ainda assim, a Alcáçova de Santarém parece manter um papel importante no quadro regional durante os meados do 1º milénio, como se constata pelo aparecimento de cinco fragmentos de cerâmica grega (*kylikes* e uma cratera), datados da primeira metade do século IV a.C., infelizmente recolhidos em contextos secundários (Arruda 1999-2000: 212).

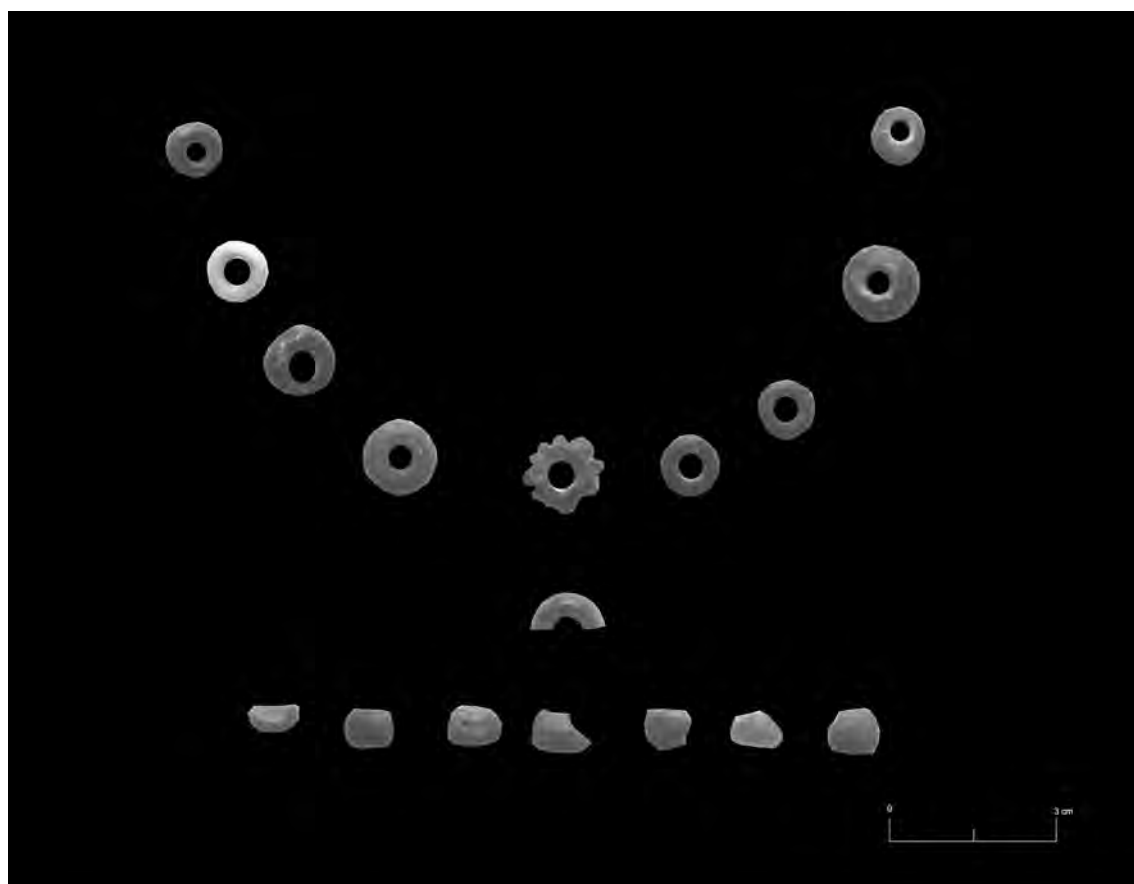


Figura 17. Contas de colar de pasta vítrea do Porto do Sabugueiro (segundo Pimenta *et al.* 2014).

Em relação aos Chões de Alpompé, que correspondem a um dos outros grandes núcleos de povoamento desta área mais interior, os elementos disponíveis indicam que ocorre uma situação semelhante à registada na Alcáçova de Santarém. Escavações recentemente realizadas no âmbito do projecto FETE, dirigido pela Doutora Ana Margarida Arruda, evidenciaram a existência de níveis de ocupação dos meados do 1º milénio a.C., que são caracterizados pela presença reduzida de materiais importados da zona terminal do estuário do Tejo, sendo mais abundantes as produções manuais e a torno que, contudo, exibem pouco cuidado no tratamento das suas superfícies. Tal como na Alcáçova de Santarém, registam-se escassos fragmentos de cerâmica grega (dois fragmentos de *kylikes* de figuras vermelhas) que demonstram, ainda assim, a sua importância no contexto regional (Arruda *et alli.*, no prelo).

Por último, deve assinalar-se ainda um outro núcleo de povoamento que possivelmente desempenhou um papel importante nesta área, actualmente conhecido como o Alto do Castelo. Este local, localizado em frente à Alcáçova de Santarém, na outra margem do rio Tejo, terá sido ocupado também durante a Idade do Ferro, ainda que tal ocupação não tenha sido registada nas escavações aí efectuadas pela equipa do Instituto Arqueológico Alemão, na década de oitenta do século passado (Kalb e Höck 1982). Contudo, a realização de algumas campanhas de prospecção no local permitiram recuperar espólio de cronologia sidérica, que se estende deste a fase orientalizante até, pelo menos, aos meados do 1º milénio a.C., momento durante o qual se registam algumas importações da área de Lisboa, em concreto ânforas dos tipos 3 e 4 do estuário do Tejo, assim como pratos e pequenos potes de cerâmica cinzenta de perfil carenado e vasos de cerâmica comum que evoluem dos *pithoi* da fase precedente (Arruda *et al.* 2014).

Não restam dúvidas que na rede de povoamento nesta área mais interior, os grandes povoados da Alcáçova de Santarém e de Chões de Alpompé, e talvez também o Alto do Castelo, terão continuado a exercer um papel fundamental na lógica de ocupação e exploração do território. Contudo, desconhecem-se, até ao momento, outros núcleos de ocupação nas imediações, de idêntica ou diferente tipologia, não sendo ainda claro se outros sítios ocupados entre os séculos VII e VI a.C., como é o caso da Eira da Alorna e do Alto dos Cacos (Pimenta, Henriques e Mendes 2012), permanecem ocupados durante a segunda metade do 1º milénio a.C. Assim, qualquer leitura

que se possa apresentar para esta área esbarra, inevitavelmente, na escassez de dados sobre a ocupação deste espaço a partir de meados do 1º milénio a.C., situação que pode vir a ser alterada no futuro, com um maior incremento da investigação nessa área.

5. MAIS ALÉM DO ESTUÁRIO: O INTERIOR NORTE DA ESTREMADURA PORTUGUESA

Um cenário algo diferente parece desenvolver-se na área mais a norte, onde trabalhos recentes revelaram a existência de uma pequena rede de povoamento, concentrada sobretudo junto à Serra de Aire, que parece poder atribuir-se também às fases tardias da Idade do Ferro. Escavações arqueológicas, conduzidas nos sítios do Abrigo da Pena d'Água e na Costa do Pereiro, têm revelado dados que foram atribuídos pelos investigadores a uma ocupação do período sidérico.

O primeiro destes sítios, que corresponde a um abrigo localizado no sopé da Serra, permitiu a recolha, numa das camadas mais recentes, de vasos de armazenamento fabricados a torno, associados a cerâmica cinzenta e a produções manuais. É de destacar a presença, entre os primeiros, de um fragmento decorado com estampilhas, que reproduzem uma linha de motivos circulares, compostos por sete impressões subtrapezoidais (Carvalho 2008: 60).

Numa outra estação, localizada a apenas a poucas centenas de metros deste abrigo, e designada por Costa do Pereiro, foi também documentado um registo arqueológico similar. Este núcleo corresponde a um pequeno sítio aberto, cujos níveis mais

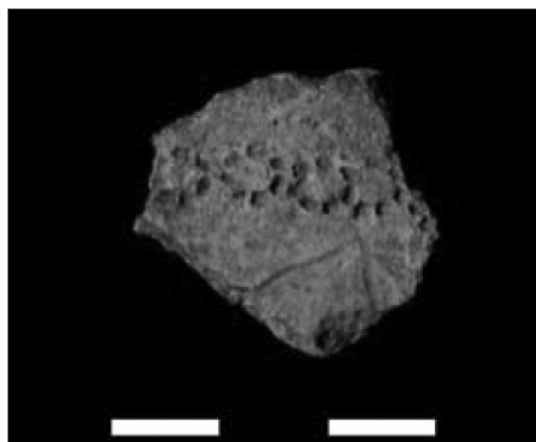


Figura 18. Fragmento de cerâmica com decoração estampilhada do Abrigo da Pena d'Água (segundo Carvalho 2008).

recentes permitiram identificar a existência de uma zona de combustão, atribuída à Idade do Ferro. Desta fase de ocupação foram recolhidas amostras datadas por rádio-carbono que sugerem uma ocupação balizada entre o século IV e II a.C. (Carvalho 2008). Entre os materiais recuperados, contam-se vestígios de cerâmica de construção (barro de cabana), cerâmicas cinzentas, recipientes a torno pintados em bandas, e ainda alguns fragmentos a torno com decoração estampilhada, um com motivos circulares e outro de difícil leitura. Entre os artefactos de cariz mais excepcional, destacam-se sete contas de pasta vítrea azul, alguns artefactos de ferro e escórias do mesmo metal (Guerschman e Nunes no prelo). Trata-se, aparentemente, de um pequeno núcleo de povoamento de vocação agro-pecuária sendo, neste aspecto, importante salientar os dados sobre o estudo da fauna associada a esta fase de ocupação, onde se verifica um predomínio de ovino-caprinos, seguido por suínos, bois domésticos e coelho. Cabe ainda destacar a presença elevada de restos de veados, o que evidência, uma vez mais, a importância da caça na economia do sítio (Guerschman e Nunes no prelo).

Apesar de se desconhecerem dados concretos sobre eventuais práticas agrícolas desta região, é relevante salientar que os estudos antracológicos realizados no Abrigo da Pena d'Água evidenciaram, na fase mais recente de ocupação, uma percentagem considerável de restos carbonizados de vinha (*Vitis vinifera*) (Figueiral 1998), situação que pode indicar alguma intensidade do cultivo desta espécie durante os momentos tardios da Idade do Ferro.

Não se sabe ainda como se estruturava esta rede de povoamento em torno à Serra de Aire, uma vez que os presumíveis povoados mais imponentes da região, como é o caso do povoado de Castelejo, Santa Marta ou Alqueidão (Bernardes 2007, Carvalho 2008), aparentemente dotados de estruturas defensivas, nunca foram escavados de forma a averiguar a existência de ocupações datáveis da Idade do Ferro. Apenas no Castelo da Cabeça das Mós (Sardoal), ainda que localizado numa zona bem mais interior, as escavações realizadas revelaram a existência de um povoado fortificado, cuja cronologia se estende até momentos tardios da Idade do Ferro, tendo sido aí recuperados alguns fragmentos de cerâmica manual, produções cinzentas e outros exemplares também a torno, um dos quais com decoração estampilhada (rosetas), para além de algumas contas de colar de pasta vítrea azul (Félix 2006).

Um particular destaque deve ser ainda conferido, nesta área, aos múltiplos indicadores de ocupações

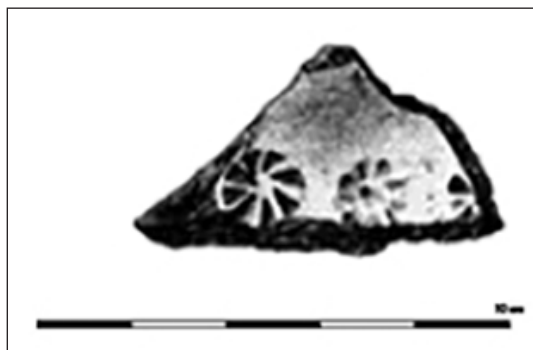


Figura 19. Fragmento de cerâmica com decoração estampilhada do Castelo do Cabeço das Mós (segundo Félix 2006).

da Idade do Ferro em cavidades naturais como é o caso, por exemplo, da Gruta do Caldeirão, onde se recolheu um bordo de um grande recipiente com duas linhas de decoração estampilhada, compostas por motivos circulares com impressões sub-trapezoidais, associados a uma conta gomada de pasta vítrea e a alguns cossoiros (Zilhão 1992: 114), ou da Gruta do Almonda, da qual provêm outros dois exemplares cerâmicos estampilhados, com motivos vegetalistas estilizados, de diferentes tamanhos (Paço, Vaultier e Zbyszewski 1947: est. XI – n.º 53 e 58). Apesar de não ser ainda claro se estes exemplares se devam associar a ocupações da Idade do Ferro ou do período romano-republicano, é importante recordar que da Gruta do Almonda provêm uma ponta de lança de alvado em ferro, cujos restos de madeira associados foram datados dos séculos IV e III a.C. (Carvalho 2008: 64).

Estes dados, ainda que escassos, permitem considerar que na zona mais interior do Baixo e também no Médio Tejo se tenha verificado, a partir de meados do 1.º milénio a.C., contactos mais ou menos intensos com outras áreas interiores peninsulares, em particular com a Extremadura espanhola, que se manifestam, sobretudo, pela presença da aplicação de decorações estampilhadas nas superfícies externas de vasos cerâmicos. Apesar dos elementos disponíveis serem ainda poucos, é relevante o facto de estas decorações aparecerem sistematicamente nos sítios intervencionados. Ecos desta influência sentem-se também na zona mais meridional do estuário, tendo sido documentado a presença de decoração estampilhada também em seis fragmentos de cerâmica a torno recolhidos no Cabeço Guião (Arruda *et alii.* no prelo), em níveis da Idade do Ferro datados entre o século IV e III a.C. Outros exemplares com esta tipologia decorativa surgem ainda no Alto dos Cacos

(Pimenta, Henriques e Mendes 2012: 59), não sendo, neste caso, possível estabelecer se corresponde ainda à Idade do Ferro ou ao período romano republicano, dada a ausência de contexto, e na Alcáçova de Santarém, onde surgem em contextos do século I a.C. (Arruda, 1999-2000: 220).

Estes contactos com realidades mais interiores não surgem, contudo, apenas em meados do 1º milénio, sendo possivelmente um reflexo da existência de rotas de comunicação ou vias de passagem ancestrais que remontam, pelo menos, até ao Bronze Final. Com efeito, nos materiais recolhidos em níveis datados da fase final da Idade do Bronze na Alcáçova de Santarém, constam vários fragmentos decorados que recordam claramente o mundo meseteno (Arruda e Sousa 2015), uma evidência que também se manifesta na Gruta do Correio-Mor (Cardoso 2003: fig. 48 - 1) e na Gruta do Almonda (Paço, Vaultier e Zbyszewski 1947: est. X - 49 e 50). Já durante a fase da Idade do Ferro, surgem outros elementos que atestam a continuidade destas ligações com o mundo mais interior, como se verifica na considerável abundância de cerâmicas de tipo Medellín na Alcáçova de Santarém (Arruda 2005: 299) e, em fase um pouco mais tardia, nos potes com asas internas recuperados na Rua dos Correeiros, em Lisboa (Sousa 2014: 170), ou na presença de incisões sobre a forma de estrelas de cinco pontas, em Lisboa e Almaraz. Um outro exemplo, mais extremo, destas relações poderá estar também representado pela identificação de uma fíbula do tipo Meseta/33 de Ponte em Freiria (Cardoso e Encarnação 2013), artefacto cuja área primária de produção se localiza no Vale do Ebro (Ponte 2001: 338-340).

No entanto, parece claro que, durante a etapa final da Idade do Ferro, estas relações com áreas mais interiores são consideravelmente mais expressivas na zona setentrional do estuário do Tejo do que na sua foz.

6. CONCLUSÃO

Os meados do 1º milénio a.C. na Península de Lisboa constituem, tal como em praticamente todo o restante território peninsular, o momento auge da regionalização. As origens deste fenómeno relacionam-se, provavelmente, com a desestruturação da política colonial fenícia a partir de momentos avançados do século VI a.C., que irá despoletar consideráveis adaptações e reestruturações nas diversas áreas regionais, e que se verificam sobretudo nas estraté-

gias de ocupação dos territórios, na exploração dos seus recursos e também no quadro da cultura material. Outras alterações ter-se-ão processado a outros níveis, em particular no quadro ideológico-simbólico e sócio-político, ainda que os dados disponíveis sejam escassos para avaliar o seu real impacto, sobretudo para o território português.

Este problema verifica-se, de forma muito particular, na área do estuário do Tejo, na qual os dados sobre o mundo funerário ou ambientes culturais de época sidérica são quase completamente desconhecidos. Aqui, os únicos dados disponíveis para a caracterização do período que se segue aos finais do século VI a.C. recaem quase exclusivamente nas modificações observáveis na lógica das redes de povoamento e na cultura material, que indicam, contudo, que esta fase correspondeu a um momento de profundas alterações das comunidades que aí residiam.

Essas alterações coincidiram, e provavelmente não de forma accidental, com uma aparente diminuição dos contactos com as áreas mais meridionais, em particular com a costa atlântica e mediterrânea do sul peninsular. Com efeito, a partir dos meados do 1º milénio a.C., as importações dessas regiões no estuário do Tejo decaem consideravelmente, em particular se tomarmos em conta a frequência dos produtos envasados em contentores produzidos na área mais meridional que se registam durante o período orientalizante. Na zona do estuário do Tejo, e com a excepção da cerâmica grega, que mesmo assim é relativamente rara nesta área (Sousa 2014: 112-114), conhecemos, com segurança, apenas cinco registos de importações, que correspondem, na sua totalidade, a contentores anfóricos. Trata-se de quatro ânforas recuperadas em Lisboa, concretamente uma ânfora do tipo B/C de Pellicer, uma Maña Pascual A4, uma morfologia muito evolucionada do tipo 10.1.2.1 do interior andaluz, e uma ânfora sarda do tipo 4.1.1.3 (Filipe, Calado e Leitão 2014, Sousa 2014), e de uma outra ânfora do tipo B/C de Pellicer, recentemente identificada no Cabeço Guião (Arruda *et al.* no prelo).

Esta quebra nos contactos comerciais poderá ter tido fortes repercussões na política económica do estuário, tendo assim motivado um incremento da exploração dos recursos agro-pecuários, que se verifica a partir desta época com a fundação de mais de uma dezena de pequenos sítios nas áreas mais férteis, quer no interior do estuário quer na zona sudoeste da Península de Lisboa (Sousa 2014). Nas redes de contacto entre estes novos núcleos e o povoado de Lisboa, que terá constituído o grande impulsionador

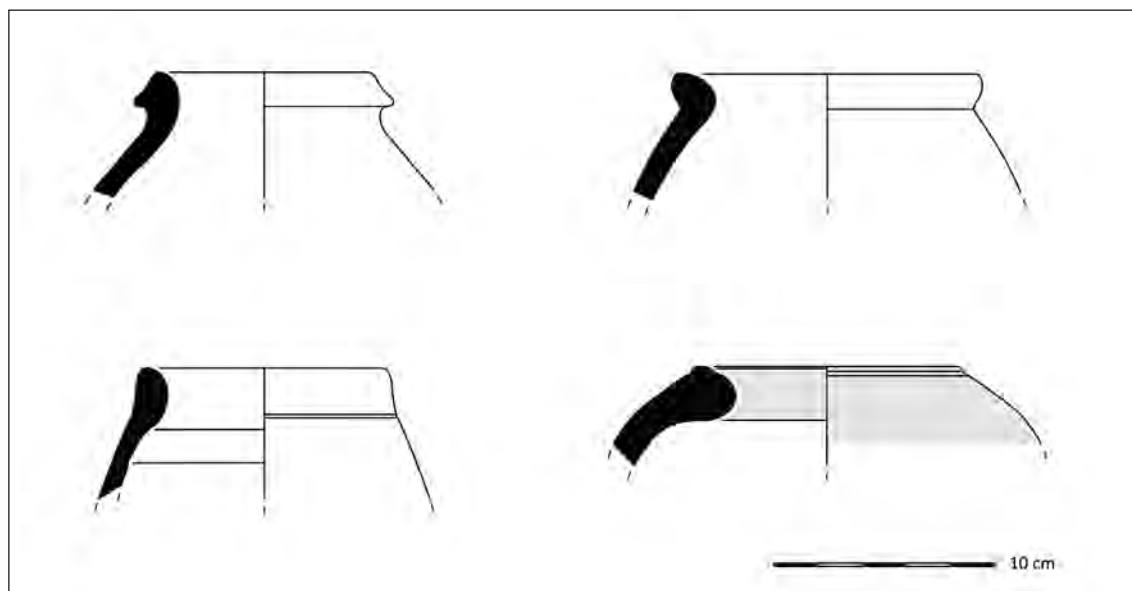


Figura 20. Ânforas importadas documentadas na área de Lisboa (segundo Sousa 2014 e Filipe, Calado e Leitão 2014).

deste fenómeno, o transporte fluvio-marítimo poderá ter sido essencial, podendo manifestar-se na recorrente representação de embarcações patente, por exemplo, na Rua dos Correeiros, quer em motivos incisos quer na reprodução de miniaturas de barcos em terracota (Sousa 2014: 181, 187-188).

Por outro lado, a importância dos recursos agrícolas verifica-se também no plano iconográfico, na representação estilizada de uma espiga de trigo, documentada num suporte da Rua dos Correeiros, em Lisboa (Sousa 2014: 181).

Indícios da exploração destes recursos encontram-se um pouco mais bem representados nos núcleos do sudoeste da Península, onde com frequência se recolhem elementos de mós, ainda que a sua cronologia não seja sempre clara. No entanto, é curioso notar que no Cabeço Guião, e apesar da extensão da área intervencionada, não foi identificado nenhum fragmento destes artefactos, o que pode sugerir que os sítios do interior do estuário pudessem dedicar-se à exploração de outros recursos alimentares. Neste aspecto, é relevante recordar os estudos antracológicos do Abrigo da Pena d'Água, onde se verificou uma presença significativa de restos de *Vitis vinífera* (Figueiral 1998). É possível, assim, supor que nestes núcleos da margem do Tejo, a produção de vinho fosse uma realidade, não sendo, naturalmente, de excluir outros produtos, como é o caso do azeite, e também de vegetais e leguminosas, para além da exploração de recursos pecuários (carne, lã,

lacticínios). Em relação a estes últimos, cabe colocar em evidência a recolha de um fragmento de tesoura no Cabeço Guião, que poderia ter sido utilizada para a tosquia, e dos fragmentos cerâmicos perfurados que poderiam, ainda que tal funcionalidade seja discutível, ter sido usados como queijeiras (Arruda *et al.* no prelo). A presença, nesse sítio, de um canídeo também poderia associar-se a actividades de pastorícia. Por outro lado, a própria prática da tecelagem pode ter constituído uma outra actividade desenvolvida nestes sítios, considerando a recolha de alguns cossoiros no Cabeço Guião (Arruda *et al.* no prelo) e em Freiria (Cardoso e Encarnação 2013).

De momento, é ainda difícil compreender o verdadeiro significado desta expansão de núcleos de vocação agro-pecuária. Como já foi referido, a sua ligação com o núcleo de Lisboa é indiscutível, considerando que a esmagadora maioria dos artefactos desses locais exhibe características que apontam para uma origem junto à actual capital do território português. Tais indícios apontam para o desenvolvimento de um sistema económico consideravelmente complexo que incluiria uma contínua produção e circulação de produtos agrícolas e bens manufacturados, controlado sobretudo pelo núcleo de Lisboa, mas que se teria desenvolvido a uma escala aparentemente regional (Sousa 2014: 308-309). Um outro factor, que se pode também associar a este fenómeno, engloba um possível aumento demográfico na antiga *Olisipo* que teria sido canalizado para estes povoados

mais periféricos (Cardoso *et al.* 2014), sendo de recordar que os meados do 1º milénio a.C. correspondem ao momento de máxima expansão do perímetro desse núcleo (Sousa 2014: 38). Cabe ainda

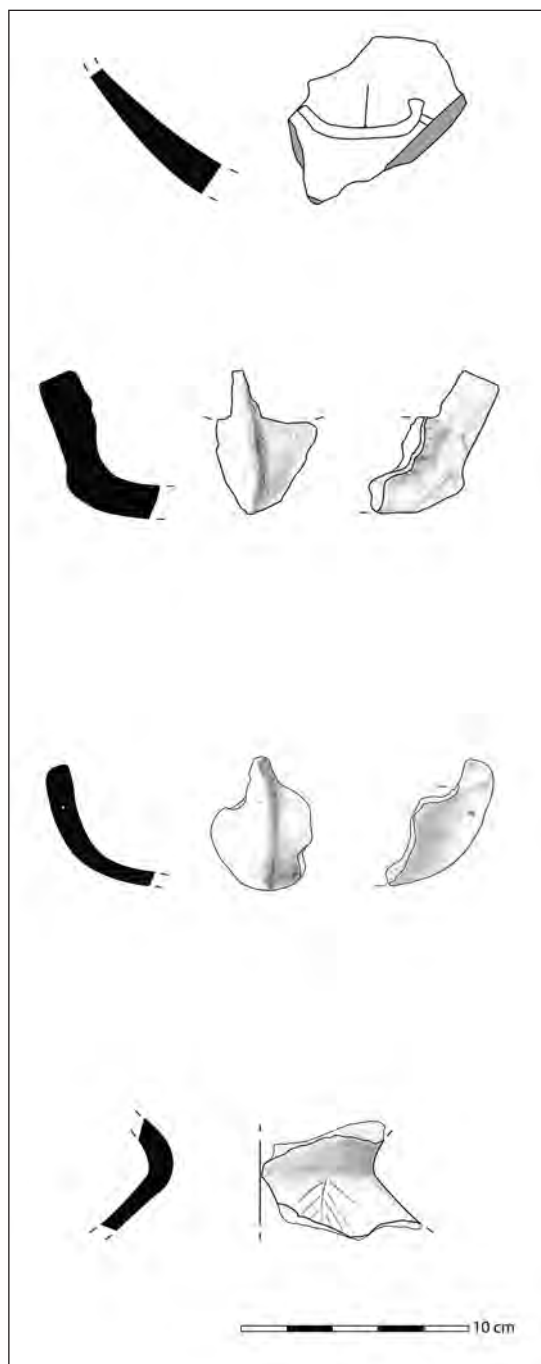


Figura 21. Fragmentos decorados e representações em terracota da Rua dos Correeiros (segundo Sousa 2014).

recordar que não se trata, ao que tudo indica, de comunidades com poucos recursos, ainda que sejam escassos os elementos que nos permitam aproximar da caracterização social destes grupos rurais. A existência de materiais de cariz mais excepcional, como elementos de adorno e vestuário (contas de colar, pendentes de bronze tipo xorca, fíbulas) e de recipientes de claro uso sumptuário (*amphoriskos*, recipientes metálicos e espetos, ligados a rituais de comensalidade) indica que não estamos perante agentes necessariamente pobres, uma vez que evidenciam ter à sua disposição recursos que lhes permitem adquirir artefactos de alguma importância e valor simbólico-social, que são utilizados na sua vida quotidiana. Não é, contudo, de momento seguro que todos os sítios partilhem estas características, podendo equacionar-se alguma heterogeneidade neste horizonte rural. O esclarecimento desta questão terá, contudo, de esperar necessariamente pela futura descoberta de espaços funerários que permitam uma melhor caracterização de aspectos de diferenciação social nestas áreas mais periféricas.

Toda esta dinâmica que se verifica nas estratégias de ocupação na área do Baixo Tejo, até, pelo menos, à zona do Cartaxo, parece ter sido liderada por Lisboa, cuja capitalidade se mantém durante praticamente toda a Idade do Ferro, e que se comporta, de certa forma, como uma espécie de pequena «Cádiz» centro atlântica, vocacionada, contudo, e neste caso, mais para a exploração agro-pastoril do que para os recursos marinhos. Contudo, é mais do que óbvio que o núcleo da antiga *Olisipo* nunca irá adquirir as dimensões e importância do sítio andaluz, sendo a sua esfera de influência limitada, ao que tudo indica, a uma escala meramente regional.

É, contudo, a principal responsável pela criação ou desenvolvimento de uma nova identidade cultural que irá caracterizar a área do estuário do Tejo ao longo da segunda metade do 1º milénio a.C., uma identidade que conseguimos entrever no horizonte da cultura material, mas que seguramente teve expressões mais significativas nos quadros ideológicos, rituais e sociais, aspectos aos quais, contudo, com base nos dados que temos disponíveis, não nos conseguimos aproximar. Contudo, torna-se claro que esta realidade deve ser individualizada de outras, designadas geralmente como turdetanas, púnico-gaditanas, pós-orientalizantes e celtizantes, com as quais terá tido contacto, mas nas quais não se insere (Sousa, 2014).

É, efectivamente, difícil compreender a importância e intensidade dos contactos inter-regionais

durante este período. Tais relações existiram, seguramente, desenvolvendo-se em várias direcções, quer com áreas mais interiores quer com outras mais meridionais, estando atestadas quer pela presença de materiais importados (cerâmicas gregas e ânforas), ainda que escassos, quer por influências exógenas que se refletiram nas produções locais, em particular nos recipientes anfóricos, na cerâmica comum e em determinados motivos e técnicas decorativas. Também nos artefactos metálicos se vislumbram tais relações, atestadas pela presença de peças que circulam praticamente em todo o Extremo Ocidente, como é o caso dos fechos de cinturão, fíbulas, pendentes e fragmentos de espetos recuperados na zona do estuário, para não referir a identificação, em Freiria, de uma fíbula do tipo Meseta/33a de Ponte, que aponta para outros contactos mais longínquos, eventualmente de natureza indirecta, com a zona do Vale do Ebro.

Se não há dúvida que estas relações existiram, o problema reside em mensurar a sua importância e intensidade. As evidências directas destes contactos, ou seja, a presença de materiais importados, são insignificativas no quadro dos conjuntos arqueológicos do estuário, totalizando pouco mais de uma vintena de exemplares em amostras que superam globalmente os vários milhares de peças. Tal indica que estes contactos ocorreram possivelmente de forma não sistemática, ainda que tal não implique que devam ser desvalorizados em termos globais. Com efeito, são várias as influências exógenas que se verificam no quadro das produções locais do estuário do Tejo. Estas, contudo, destacam-se sobretudo por englobarem uma série de características singulares que são adaptadas às diversas categorias cerâmicas e que assinalam, em última análise, o carácter profundamente regional e original desta cultura material. Conseguimos rastrear o predomínio destes elementos em praticamente todo o Baixo Tejo, verificando-se que estes diminuem progressivamente nas áreas mais setentrionais do estuário, sobretudo nas zonas de Santarém e Chões de Alampé. Por outro lado, já nas proximidades do Médio Tejo, tornam-se mais claras as influências de carácter «continental», apesar de parecerem circular, simultaneamente, também artefactos típicos da foz do estuário, sendo ainda pouco claro o peso percentual de cada realidade. Será, portanto, necessário esperar por novos elementos arqueológicos para tentar compreender de forma mais detalhada a natureza dessas ocupações e das respectivas esferas culturais durante a segunda metade do 1º milénio a.C.

BIBLIOGRAFIA

- ARRUDA, A. M. 1999-2000: *Los Fenicios en Portugal. Fenicios y mundo indígena en el centro y sur de Portugal (siglos VIII-VI a. C.)*, Cuadernos de Arqueología Mediterránea. Barcelona.
- ARRUDA, A. M. 2005: «Orientalizante e pós-orientalizante no sudoeste peninsular: geografia e cronologias», *Anejos de Archivo Español de Arqueología* XXXV. *Actas del III Simposio Internacional de Arqueología de Mérida: Protohistoria del Mediterráneo Occidental*, Mérida, I, 277-303.
- ARRUDA, A. M., SOUSA, E., PIMENTA, J., MENDES, H., SOARES, R. 2014: «Alto do Castelo's Iron Age occupation (Alpiarça, Portugal)», *Zephyrus* 74, 9-14.
- ARRUDA, A. M. e SOUSA, E. 2015: «Late Bronze Age in Alcáçova de Santarém (Portugal)», *Trabajos de Prehistoria* 72:1, 176-187.
- ARRUDA, A. M., SOUSA, E., SOARES, R. e BARRADAS, E. no prelo: «O Cabeço Guião (Cartaxo): um sítio da Idade do Ferro do Vale do Tejo».
- ARRUDA, A. M.; PEREIRA, C.; SOUSA, E.; PIMENTA, J.; GOMES, J.; DETRY, C. no prelo: «Chões de Alampé (Vale de Figueira, Santarém): Lendas e narrativas».
- AUBET, M. E., CARMONA, P., CURIÀ, E., DELGADO, A., FERNÁNDEZ CANTOS, A. e PÁRRAGA, M. 1999: *Cerro del Villar. I. El asentamiento fenicio en la desembocadura del río Guadalhorce y su interacción con el hinterland*, Junta de Andalucía. Sevilla.
- BARGÃO, P. 2014: «As ânforas pré-romanas da Alcáçova de Santarém», em A. M. Arruda (ed.), *Fenícios e Púnicos, por terra e mar. Actas do VI Congresso Internacional de Estudos Fenícios e Púnicos*, Lisboa, 748-755.
- BERNARDES, J. P. 2007: *A ocupação romana na região de Leiria*, Faro.
- CARDOSO, G. e ENCARNÇÃO, J. (2013): «O povoamento pré-romano de Freiria – Cascais», *Cira – Arqueologia* 2, 133-180.
- CARDOSO, J. L. 2003: «A gruta do Correio-Mor (Loures)», *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 11, 229-321.
- CARDOSO, J. L. 2004: *A Baixa Estremadura dos Finais do IV milénio a.C. até à chegada dos romanos: um ensaio de história regional*, Câmara Municipal de Oeiras. Oeiras.
- CARDOSO, J. L., SILVA, C. T. 2013: «O casal agrícola da Idade do Ferro de Gamelas 3 (Oeiras)», *O Arqueólogo Português*, Série V- 2, 353-398.

- CARDOSO, J. L., SILVA, C. T., MARTINS, F. e ANDRÉ, C. 2010-2011: «O casal agrícola da I Idade do Ferro de Leão (Oeiras)», *Estudos Arqueológicos de Oeiras* 18, 75-102.
- CARDOSO, J. L., ARRUDA, A. M., SOUSA, E. e REGO, M. 2014: «Outeiro I e Outeiro II, dois pequenos sítios da Idade do Ferro a norte do Estuário do Tejo (concelho de Oeiras)», *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 21, 115-151.
- CARVALHO, A. F. 2008: «Cerâmica estampilhada do Abrigo da Pena d'Água (Torres Novas): Contexto, cronologia e breve enquadramento regional», *Sic Memorat – Estudos em Homenagem a Teresa Júdice Gamito*, Faro, 55-69.
- DIOGO, A. M. D. 1993: «Ânforas pré-romanas dos Chões de Alompé (Santarém)», *Estudos Orientais* IV, 215-227.
- FÉLIX, P. 2006: «O final da Idade do Bronze e os inícios da Idade do Ferro no Ribatejo Norte (Centro de Portugal): uma breve síntese dos dados arqueográficos», *Conimbriga* 45, 65-92.
- FILIPPE, V., CALADO, M. e LEITÃO, M. 2014: «Evidências orientalizantes na área urbana de Lisboa. O caso dos edifícios na envolvente da Mãe de Água do Chafariz d'El Rei», em A. M. Arruda (ed.), *Fenícios e Púnicos, por terra e mar. Actas do VI Congresso Internacional de Estudos Fenícios e Púnicos*, Lisboa, 736-747.
- FIGUEIRAL, I. 1998: «O Abrigo da Pena d'Água (Torres Novas): a contribuição da antracologia», *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 1:2, 73-80.
- GUERSCHMAN, J. e NUNES, L. no prelo: «A ocupação rural da Idade do Ferro na Costa do Pereiro (Torres Novas, Portugal)».
- KALB, P. e HÖCK, M. 1982: «Alto do Castelo, Alpiarça, Distrito Santarém. Vorbericht über die grabung 1981», *Madridrer Mitteilungen*, 23, 145-151.
- MARTÍN RUIZ, J. A. 2007: *La crisis del siglo VI a.C. en los asentamientos fenicios de Andalucía*, Diputación de Málaga. Málaga.
- NIEMEYER, H. G., BRIESE, C. e BAHNEMANN, R. 1988: «Die Untersuchungen auf dem Cerro del Peñón». *Forschungen zu Archaeologia und Geologie im Raum von Torre del Mar 1983/84*, *Madridrer Beiträge* 14, 155-171.
- PAÇO, A., VAULTIER e M., ZBYSZEWSKI, G. 1947: «Gruta da Nascente do Rio Almonda», *Trabalhos de Antropologia e Etnologia* 11:1-2, 171-187.
- PEREIRA, C., ARRUDA, A., PIMENTA, J., SOUSA, E., SOARES, R. e MENDES, H. (no prelo): «As contas de colar de vidro do Porto do Sabugueiro (Muge, Portugal)».
- PIMENTA, J. e MENDES, H. 2008: «Descoberta do povoado pré-romano de Porto do Sabugueiro (Muge)», *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 11:2, 171-194.
- PIMENTA, J. e MENDES, H. 2010-2011: «Novos dados sobre a presença fenícia no vale do Tejo. As recentes descobertas na área de Vila Franca de Xira», *Estudos Arqueológicos de Oeiras* 18, 591-618.
- PIMENTA, J., MENDES, H. e MADEIRA, F. 2010: «O povoado pré-romano de Castanheira do Ribatejo, Vila Franca de Xira», *Revista Portuguesa de Arqueologia* 13, 25-56.
- PIMENTA, J., HENRIQUES, E. e MENDES, H. 2012: *O acampamento romano do Alto dos Cacos – Almeirim*, Câmara Municipal de Almeirim. Almeirim.
- PIMENTA, J., MENDES, H., ARRUDA, A., SOUSA e E., SOARES, R. 2014: «Do pré-romano ao Império: a ocupação humana do Porto do Sabugueiro (Muge, Salvaterra de Magos)», *Magos* 1, 39-57.
- PIMENTA, J. e MENDES, H. no prelo: «Casal dos Pegos I e o povoamento orientalizante do rio da Silveira (Vila Franca de Xira)».
- PINTO, C. V. e PARREIRA, R. 1978: «Contribuição para o estudo do Bronze Final e do Ferro Inicial a norte do estuário do Tejo», *Actas das III Jornadas da Associação dos Arqueólogos Portugueses*, Lisboa, 147-163.
- PONTE, S. 2001: *Corpus Signorum das fíbulae proto-históricas e romanas de Portugal*. Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Edição polycopiada.
- SOUSA, E. 2013: «A ocupação da foz do Estuário do Tejo em meados do Iº milénio a.C.», *Cira – Arqueologia* 2, 103-117.
- SOUSA, E. 2014: *A ocupação pré-romana da foz do Estuário do Tejo*, UNIARQ. Lisboa.
- SOUSA, E. 2015: «The Iron Age occupation of Lisbon», *Madridrer Mitteilungen* 56, 109-138.
- SOUSA, E. 2016: «A Idade do Ferro em Lisboa: uma primeira aproximação a um faseamento cronológico e à evolução da cultura material». *CuPAUAM*, 42, 167-185.
- SOUSA, E. e PIMENTA, J. 2014: «A produção de ânforas no Estuário do Tejo durante a Idade do Ferro», *As Produções Cerâmicas de Imitação na Hispânia*, Porto, 1, 303-316.
- ZILHÃO, J. 1992: *Gruta do Caldeirão. O Neolítico antigo*, Trabalhos de Arqueologia, 6. Lisboa.